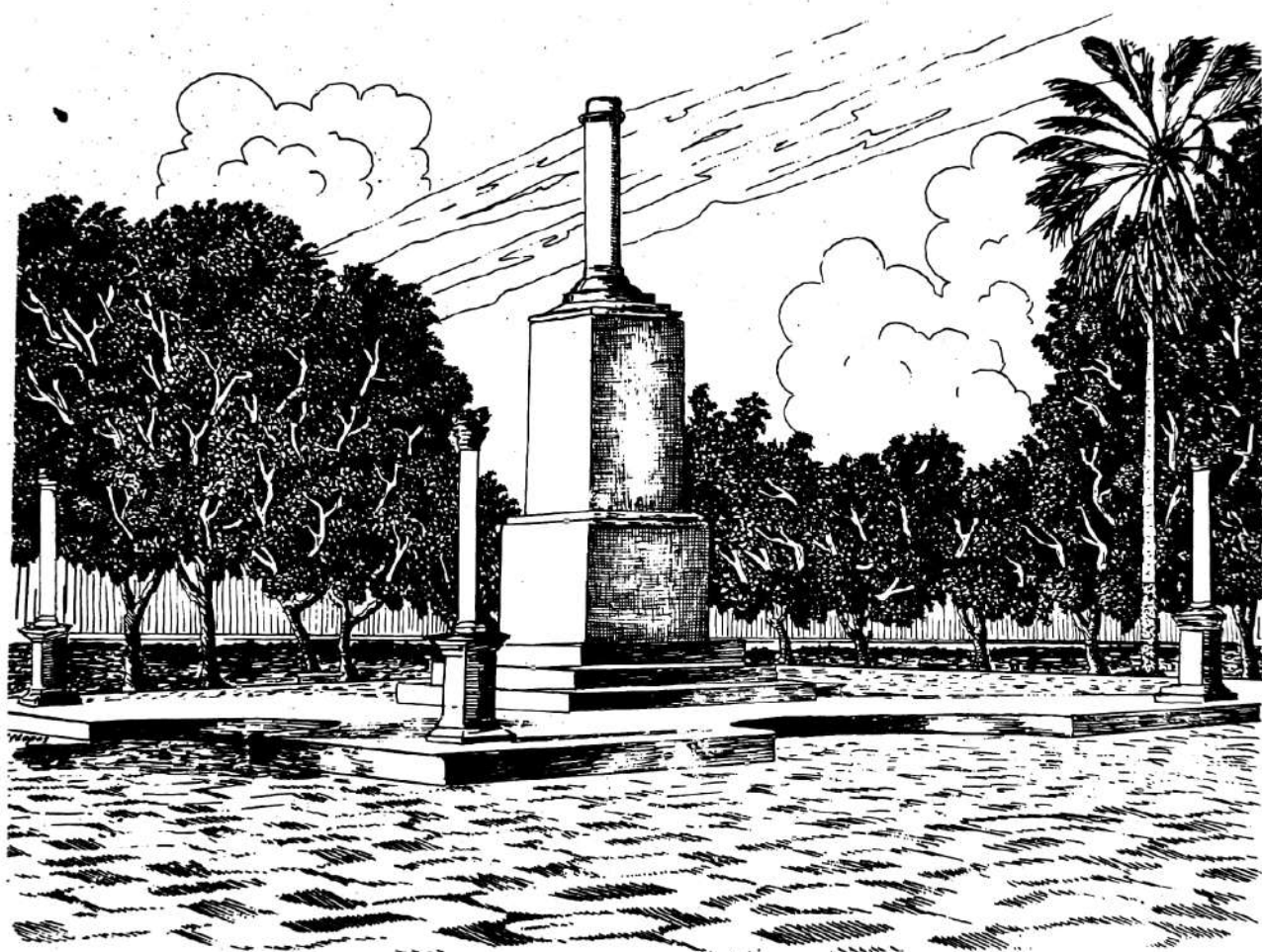


Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí



N.º 6 - ANO 57 - JULHO - 1975

TERESINA — PIAUI

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

— Deoclécio Dantas Ferreira

AGRADECIMENTOS

DIRETORIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PIAUI — 1974 — 1978
QUADRO DE SÓCIOS DO I. H. G. P. — EFETIVOS E CORRESPONDENTES
COMISSÃO DE REDAÇÃO DA REVISTA

HISTÓRIA

A MUDANÇA DA CAPITAL
LISANDRO NOGUEIRA
SÃO JOÃO DO PIAUI

— Des. Turenne Ribeiro
— Cons. Alcides M. Nunes
— Mons. Joaquim Ferreira Chaves

EDUCAÇÃO

ZACARIAS DE GÓIS — O EDUCADOR E POLÍTICO — Prof. Antilhon Ribeiro Soares

SOCIOLOGIA

CAPÍTULO DA HISTÓRIA DE TERESINA
OS COELHOS DO JATOBÁ
DR. JUSTINO AUGUSTO DA SILVA MOURA

— J. Patrício Franco
— Dr. William Palha Dias
— (Estudo Biográfico) — Rodrigues dos Santos

ECONOMIA

DESAFIO PIAUIENSE

— Prof. José Gayoso Freitas

LITERATURA

O ESTILO DE DA COSTA E SILVA
MORTE APARENTE
VERSEJADORES E VERSOS

— J. Miguel de Matos
— Judith Santana
— Hermógenes Ferreira de Carvalho

ARTE

LUCILIO DE ALBUQUERQUE

— Lilizinha Carvalho

LOURDES GUANABARA — UMA PIAUIENSE DE NOME INTERNACIONAL — Josias Clarence Carneiro da Silva

REFERÊNCIAS AO INSTITUTO E SUAS PUBLICAÇÕES

MISCELÂNEA

CURIOSIDADES — Pesquisas e elaboração de José Carneiro Neto e Josias Clarence Carneiro da Silva

NOTICIÁRIO

ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PIAUI

Apresentação

Volta o Instituto Histórico e Geográfico do Piauí a editar outro número de sua Revista e o faz com base em notáveis colaborações de vários de seus membros.

O Desafio Piauiense é o tema de uma abordagem do professor José Gayoso Freitas, incluído dentro de um capítulo que tem o título de Economia.

Monsenhor Joaquim Chaves, incansável pesquisador sobre os fatos mais importantes do Piauí, ocupa espaço nesta edição com um relato sobre a vida religiosa do Município de São João do Piauí.

Não falta ao seu texto a segurança de sempre na abordagem sobre a passagem do primeiro centenário da Igreja daquele Município da zona sul do nosso Estado.

Ao desembargador Turenne Ribeiro coube a tarefa de escrever sobre a mudança da capital do Piauí. Oferece ele, no texto aqui inserido, admirável contribuição aos estudiosos em torno dos métodos que ditaram a mais importante decisão do Conselheiro Saraiva.

Patrício Franco, o mais entusiasta dos nossos conterrâneos sobre temas municipalistas, dedica a esta Revista um capítulo à história de Teresina.

Na página de nº 44, William Palha Dias apare-

ce com um destaque sobre a sua obra, ainda inédita, *O Dia a Dia de Todos os Dias*.

Alcides Nunes, escrevendo sobre Lisandro Nogueira; J. Miguel de Matos, focalizando o estilo de Da Costa e Silva; Judith Santana, com um trabalho subordinado ao título *Morte Aparente*; Hermógenes Ferreira de Carvalho, discorrendo sobre *Versejadores e Versos*, além de Josias Clarence Carneiro da Silva, escrevendo sobre Lourdes Guanabara, foram o elenco de colaboradores desta edição.

Uma edição rica de contribuições aos que se interessam sobre História, Educação, Sociologia, Economia, Literatura e Arte.

É o máximo que pode o Instituto Histórico e Geográfico do Piauí oferecer como instituição das mais acreditadas do Estado — sempre preocupado em difundir os valores de nossa época sem deixar no esquecimento as tradições e os grandes vultos do passado.

Exemplo marcante desta preocupação está no texto de Antilhon Ribeiro Soares sobre Zacarias de Góis, abordando os seus méritos como educador e político.

Deoclécio Dantas,

Curiosidades: pesquisas e elaboração de José Carneiro Neto e Josias Clarence Carneiro da Silva.

Instituto Histórico e Geográfico do Piauí

Fundado em 23 de junho de 1918

Reconhecido de Utilidade Pública pela Lei Estadual

Nº 1.001 de 04 de junho de 1921

DIRETORIA

Josias Carneiro da Silva

Joaquim Raimundo Ferreira Chaves

James da Costa Azevedo

José Vidal de Freitas

Delfina Augusta Borralho Boavista

José Miguel de Matos

Benjamin do Rêgo Monteiro Neto

Luiz Lopes Sobrinho

Alcides Martins Nunes

Milton de Aguiar

Homero Ferreira Castelo Branco Neto

— Presidente

— Vice-Presidente

— 1º Secretário

— 2º Secretário

— 1º Tesoureiro

— 2º Tesoureiro

— Orador

— Bibliotecário

— Arquivista

— Chanceler da Ordem Conselheiro Saraiva

— Relações Públicas

QUADRO DOS SÓCIOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PIAUÍ

SÓCIOS EFETIVOS

Alcides Martins Nunes
Antilhon Ribeiro Soares
Antônio Bugyja de Sousa Brito
Ariosto Martins de Araújo Costa
Benjamin do Rêgo Monteiro Neto
Benjamin Soares de Carvalho
Delfina Augusta Borralho Boavista
Deoclécio Dantas Ferreira
Édison Moura
Francisco de Assis Couto Castelo Branco
Hermógenes Ferreira de Carvalho
Homero Ferreira Castelo Branco Neto
Iracema dos Santos Rocha da Silva
James da Costa Azevedo
João Gabriel Baptista
Joaquim Raimundo Ferreira Chaves
José de Arimathéa Tito Filho
José Carneiro Neto
José Diniz de Sousa Rios
José Miguel de Matos
José Patrício Franco
José Pires Gayoso e Almendra Freitas
José Vidal de Freitas
Josefina Demes
Josias Clarence Carneiro da Silva
Judith Alves Santana
Luiz Lopes Sobrinho
Macário Galdino de Oliveira
Maria Edith d'Anunciação Carvalho
Milton de Aguiar
Noé Mendes de Oliveira
Olympio Vaz da Costa Neto
Paulo de Tarso Mello e Freitas
Raimundo Barbosa de Carvalho Baptista
Raimundo Wall Ferraz
Thirso Ribeiro Gonçalves
Turenne Ribeiro
Vicente Ribeiro Gonçalves
Valdir de Figueiredo Gonçalves
William Palha Dias

SÓCIOS CORRESPONDENTES

PARÁ

BELEM — Sílvio Hall de Moura

MARANHÃO

SÃO LUÍS — Jomar Moraes

PIAUI

OEIRAS — Dagoberto Carvalho Júnior

" — José Expedito de Carvalho Rêgo
" — Possidônio Queiroz
" — Raimundo Nonato da Costa Machado

PARNAÍBA — Maria da Penha Fontes e Silva

CEARA

FORTALEZA — Edson Burlamaqui
" — Fernando Lopes e Silva Sobrinho
" — Maria Luzia Motta de Menezes
JUAZEIRO — Joaryvar Macêdo

PERNAMBUCO

RECIFE — Fernando Pio dos Santos
" — Flávio de Motta Guerra
" — Gaston Manguenho
" — José Antonio Gonçalves de Mello
" — Olympio Vaz da Costa Júnior
" — Orlando Marques Cavalcanti de Albuquerque

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO — Armando Madeira Basto
" " " — Moisés Castelo Branco

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA — João Clímaco d'Almeida

COMISSÃO DA REVISTA

DIRETOR — José Vidal de Freitas
SECRETÁRIO — Deoclécio Dantas Ferreira
MEMBROS — Iracema Santos Rocha da Silva
— José Patrício Franco
— J. Miguel de Matos
— José Carneiro Neto
— Judith Alves Santana e
— Macário Galdino de Oliveira

— Aceitam-se permutas;

— Os artigos de pessoas estranhas aos quadros sociais da entidade, ou amigos do Instituto, só serão publicados quando solicitados por algum membro da entidade, com a adrede aprovação da Presidência e

— Os conceitos emitidos nos artigos assinados são da responsabilidade de seus autores.



Doutor Dirceu Mendes Arcoverde

Uma administração que valoriza o **HOMEM**
na sua verdadeira expressão.

História

A MUDANÇA DA CAPITAL

Des. TURENNE RIBEIRO

— Durante quase dois séculos após o descobrimento do BRASIL, o PIAUÍ ficou em completo olvido.

Só depois de vários anos da expulsão dos holandeses que ocuparam o BRASIL desde o MARANHÃO até o SÃO FRANCISCO, quando PARAÍBA, RIO GRANDE DO NORTE, CEARÁ e MARANHÃO já conquistados e suas colonizações em franco desenvolvimento, é que os bandeirantes paulistas lançaram suas vistas sobre o PIAUÍ.

DOMINGOS JORGE VELHO, o pioneiro do desbravamento de nossa terra já aqui se encontrava em 1671, atravessando a SERRA DOS DOIS IRMÃOS e trazendo na alma de paulista tenaz e destemido “o mesmo entusiasmo de PAES LEME, ANTÔNIO RAPONSO e outros bandeirantes que tanto contribuíram para a grandeza do BRASIL”.

DOMINGOS AFONSO MAFRENSE, pouco depois da chegada de JORGE VELHO, estabeleceu-se nas margens do riacho MOCHA, onde fundou a fazenda CABROBÓ.

Logo CABROBÓ assumiu o aspecto de povoação, sendo instalada Vila a 26 de dezembro de 1717, que com a elevação do PIAUÍ a CAPITANIA, pela carta régia de 19 de junho de 1761, passou a cidade e escolhida CAPITAL com o nome de OEIRAS, em homenagem a SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO MELO, conde de OEIRAS, então Secretário de ESTADO e MINISTRO de El-Rei de PORTUGAL, D. JOSÉ I.

Ofícios de 8 de abril e 19 de agosto de 1798 do governador JOÃO DE AMORIM PEREIRA sugeriam a Metrópole a mudança da sede do Governo para PARNAÍBA.

Em 1811 a JUNTA PROVISÓRIA e o governador BALTAZAR DE SOUSA MELO reiteravam a sugestão de AMORIM PEREIRA não obtendo qualquer receptividade em LISBOA.

Sendo Presidente da Província, JOSÉ IDELFONSO DE SOUSA RAMOS, foi votada e sancionada a Lei nº 174, de 27 de agosto de 1844, que autorizava ao Presidente a mudança da capital “para a margem do Rio Parnaíba, na foz do riacho MULATO, com o nome de REGENERAÇÃO, devendo o Presidente nos termos da Lei nº 191, de 30 de agosto daquele ano, empregar os meios adequados para a mudança da capital, passando as repartições para SÃO GONÇALO, hoje REGENERAÇÃO, onde deviam permanecer até a edificação da nova CAPITAL”.

ZACARIAS DE GÓIS E VASCONCELOS, prosélito fervoroso da mudança argumentava em defesa de sua decidida posição que “OEIRAS não possuía os elementos próprios de uma CAPITAL”, enfatizando, “não tinha preponderância, achando-se sob a tutela de CAXIAS pelo comércio e pela indústria” e, prosseguia: “Situada entre morros, é quase inabitável, a cidade, porque o calor, que no clima do Norte é tão intenso, torna-se aqui, por essa circunstância, ainda mais abrasador e insuportável: o local da cidade é tão pedregoso e, conseqüentemente estéril, que não consente vegetação, de maneira que na estação calmosa dir-se-á morta a natureza, a não ser o riacho MOCHA em cujas margens verdejam bem raros, algumas árvores”. Condena, outrossim, na oportunidade, a mudança para a foz do riacho MULATO, proclamando em seu relatório: “Este lugar é completamente deserto e foi escolhido somente pelas supostas vantagens da situação. Com dizer isto tenho dado razão, por que não foi aquela lei executada por meus antecessores não há de ser por mim, nem segundo todas as possibilidades, pelos meus sucessores”.

O venerando intelectual, pesquisador, historiador e jornalista ARTUR PASSOS, em trabalho publicado no ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 25ª edição 1948, professa: “OEIRAS, era de fato para metrópole, muito recuada e, por isso mesmo, sem possibilidades de desenvolvimento e progresso. A dura campanha da Independência e a renhida luta contra os BALAIOS acentuaram ainda mais essa evidente desvantagem. O movimento de tropas quer para o sul, quer para o norte, ou quer ainda para qualquer parte do rio fronteiro foi moroso, imprevisivelmente fracionado e ineficiente”.

Ao longo de vários anos o assunto tornou-se tema constante de discussões, polêmicas e reivindicações em que POTI e PARNAÍBA eram apontados, preferencialmente, para a sede da nova CAPITAL.

Desde a queda do VISCONDE DA PARNAÍBA, apesar de reconhecerem os Presidentes que lhe sucederam, ser urgente, impropriedade e irreversivelmente imprescindível para o desenvolvimento da Província a mudança de sua CAPITAL, opinavam uns que no momento era o ato inexequível em razão de impossibilidades de ordem material, outros para solução do problema davam prioridade a navegação do PARNAÍBA, porém, a maior hostilidade partia dos oeienses, que sempre mantinham maioria na Assembléa Legislativa Provincial.



CONS. JOSÉ ANTÔNIO SARAIVA

Presidente do Piauí 1850 — 1853

Fundador da cidade de TERESINA

Pela carta imperial de 19 de junho de 1850, foi nomeado presidente da Província do Piauí Dr. JOSÉ ANTONIO SARAIVA, baiano, nascido na freguesia de BOM JESUS, município de SANTO AMARO, no dia 1º de março de 1823. Era o novo PRESIDENTE bacharel em DIREITO pela FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO e na sua terra natal fora Juiz Municipal e Procurador Fiscal da Fazenda, além de Deputado Provincial.

Contando 27 anos de idade, SARAIVA chegou a OEIRAS no dia 5 de setembro de 1850, assumindo o GOVERNO no dia 7.

O jovem PRESIDENTE, apesar da Assembléa haver revogado lei de 1849, "que autorizava que a transferência se efetuasse não mais para a confluência do MULATO, mas para lugar destinado a edificar uma nova vila no município de POTI", logo no ano de sua posse empreendeu difícilíssima viagem a VILA NOVA DO POTI para conhecer e estudar as condições, que o local oferecia para nele se fixar a nova CAPITAL.

Das observações feitas, SARAIVA concluiu: "fácil me foi compreender que sujeita a febres endêmicas, sempre arruinada pelas enchentes daquele rio, não podia aquela VILA florescer e que seus habitantes desejavam com ansiedade edificá-la em qualquer outro lugar que pudesse convir a seus interesses. Aproveitei esse ensejo e convidei-os a edificar no mais belo e agradável local às margens do PARNAÍBA. Comecei a edificar por meio de subscrição uma MATRIZ e o resultado de tudo foi além de minhas esperanças, porque nunca acreditei que, em menos de seis meses estivesse em construção perto de trinta edificações e, ainda, que os mesmos habitantes da VILA VELHA DO POTI, que ali tinham elegantes casas, se resolvessem a deixá-las para construir no novo local, hoje, geralmente chamado de VILA NOVA DO POTI, outros prédios".

Foi a CHAPADA DO CORISCO, encravada na data COVAS, sítio mais salubre e menos sujeito às cheias do RIO, que SARAIVA com o apoio do povo da VILA VELHA DO POTI escolheu para nova sede do GOVERNO.

"A vegetação predominante era de pequiheiro, faveira, tinguizeiro, bacurizeiro, pau d'arco recoberta de mofumbo, não sendo dos menores o trabalho de limpar e destocar áreas suficientes para uma nova cidade." Compreendia o terreno onde seria implantada a nova CAPITAL de norte a sul um quarto de légua para cada lado, formando-se como centro a IGREJA DO AMPARO e leste a oeste a extensão os rios PARNAÍBA e POTI.

No dia 24 de dezembro de 1850 procissão solene, concorridíssima, conduzia a imagem de N. S. DO AMPARO da VILA VELHA DO POTI para CHAPADA DO CORISCO, sendo no dia 25 lançada a pedra fundamental da Matriz da Padroeira da futura metrópole Piauiense, devendo-se lembrar, que para a construção da Matriz do Amparo o Imperador D. PEDRO II contribui do seu próprio bolso com a quantia de dois contos de réis.

O Mestre de Obras, JOÃO ISIDÓRIO DA SILVA, encarregado das obras da província, que ao chegar à CHAPADA DO CORISCO, levantou para sua moradia uma cabana coberta de palhas de pindoba, onde está o Banco do Nordeste e, anteriormente a CASA INGLESA, descreve a solenidade da pedra fundamental da IGREJA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO, que ODILON NUNES, um dos mais respeitáveis ilustres e infatigáveis estudiosos do nosso passado histórico, considerando singelo o estilo do mestre JOÃO ISIDÓRIO, resume a carta daquele Mestre da maneira seguinte: "Diz mestre JOÃO que as onze horas daquele dia de Natal hou-

ve missa em seu rancho novo e que compareceram todas autoridades da VILA VELHA DO POTI, as senhoras das principais famílias, bem ornadas de jóias e bons vestidos, os principais cidadãos da VILA e mais imensidade de povos. Após o término da missa toda essa brilhante companhia marchou para o sítio da nossa Matriz (local da atual IGREJA DO AMPARO), onde se achava a tropa fornada. E o senhor Juiz de Direito metendo na pedra solene duas moedas, uma de prata e outra de cobre com o cunho do Império, depositou-as na base. A isto, deu vivas à S. Majestade Imperial, à sua Imperial Família, à Constituição do Império, ao Senhor Presidente da Província como fundador e protetor da NOVA VILA e como também a todos os presentes. Deram-se três descargas."

Estavam lançados os fundamentos da Matriz de NOSSA SENHORA DO AMPARO, primeira construção da VILA NOVA DO POTI e, em futuro bem próximo de Teresina, nossa tão amada CIDADE VERDE.

Em 1851 volta o Presidente Saraiva a VILA NOVA DO POTI. O espírito combativo, patriótico da sua gente não só surpreendeu ao bravo governante, deu-lhe a certeza, convenceu-o de que aquela era a comunidade predestinada a instalar e fazer progredir a futura capital. Recomendou a mudança do Conselho Municipal e afirma com convincente firmeza e exaltado civismo, que em breve ali estaria com o Governo da Província.

No seu relatório daquele ano a Assembléa Legislativa Provincial, Saraiva, demonstra os motivos e vantagens, que o conduziram a eleger a NOVA VILA DO POTI para sede do Governo, mas os irredutíveis adversários da mudança rejeitam o projeto sob o pretexto de que: "1º — O lugar era insalubre; 2º — Os seus arredores eram estéreis; 3º — Havia falta para habitação dos funcionários gerais e provinciais". Opinam os licurgos de então pela mudança para SÃO GONÇALO, que ficava mais perto de OEIRAS.

SARAIVA repele as objeções, fulminando-as com argumentos objetivos, irredutíveis, e, político hábil, impávido e perseverante, preparou-se e empenhou-se pela obtenção de maioria na Assembléa Legislativa a renovar-se em 1852.

Relata um cronista da época: "Não recuou diante de consideração alguma, nem mesmo de sua salvação pessoal, pois, era corrente entre os opositores a idéia de um atentado contra sua existência, convictos de que com a sua morte, morreria a idéia por falta de quem quisesse arriscar-se a nova tentativa, abafada a primeira no sangue de seu mais ardente promotor."

A 12 de janeiro de 1852 sob grande tensão e enorme expectativa, realiza-se o pleito para a legislatura 1852-1853.

No dia 15 de março é proclamado o resultado, Saraiva obtivera a tão perseguida maioria, sendo eleitos onze deputados mudancistas entre os vinte que constituíam o legislativo provincial.

Apolavam SARAIVA os deputados JOSÉ MARIANO LUSTOSA DO AMARAL, ERNESTO JOSÉ BAPTISTA, FRANCISCO JOSÉ DA SILVA, ANTONIO MARTINS DA ROCHA, MAMEDE ANTONIO DE LIMA, ANGELO GONÇALVES MINEO, RAIMUNDO ANTONIO DE CARVALHO, JACOB MANOEL DE ALMENDRA, ANTONIO FERNANDO DE VASCONCELOS, ANTONIO FRANCISCO DE SALES e JOÃO ANTONIO VAZ PORTELA.

Instalada a Assembléa a 1º de julho de 1852, no dia 20 é aprovada a lei da mudança e a NOVA VILA DO POTI é elevada a cidade com o nome de TERESINA, ficando o Presidente autorizado a pro-



Retrato da Imperatriz Tereza Cristina. Obra atribuída a José Leizaola de Lano, que a 1844 pintou em Nápoles por volta de 1841.

154 Galeria de Retratos Imperiais

ceder a transferência e logo que julgasse conveniente alugar, comprar ou construir os prédios necessários ao funcionamento da administração, desapropriar terrenos indispensáveis a implantação da NOVA CAPITAL.

Diz CLODOALDO FREITAS: "Tendo tomado as medidas necessárias e as precauções exigidas para sua segurança individual o DR. SARAIVA, retirou-se de OEIRAS, deixando assinado o decreto da mudança da CAPITAL. Quando a bomba explodiu, já o ilustre e pertinaz Presidente estava distante. O golpe foi terrível. Se o Dr. Saraiva se não tivesse retirado prudentemente em tempo, teria, com certeza, sido vítima de alguma agressão. Os ânimos se irritaram, era um verdadeiro clamor público contra o PRESIDENTE, que os mais exaltados cobriam de injúrias e juraram tomar, mesmo no POTI, uma vingança estrondosa e sanguinária. Corria o boato que o povo não deixaria o cofre público sair de OEIRAS e os agitadores gritavam pelas ruas que a senha da revolução era essa tentativa alvitante para os OEIRENSES, da retirada do cofre, sinal definitivo da projetada mudança. Muitos, até então, ainda ingenuamente acreditavam na possibilidade da volta do Governo para OEIRAS, por deliberação da Assembléia, com a retirada do Presidente ou por ordem expressa do Governo Imperial. Queriam, pois, que o erário público ficasse em OEIRAS, como garantia da permanência da Capital e o protesto contra o ato Presidencial. Assim, no dia em que o cofre colocado em carro puxado por bois, partiu de OEIRAS, cercado de numerosa força armada a população desiludida, abandonada a idéia de revolta, que realmente nunca tivera, entregou-se a uma dolorosa desolação, acompanhando-o até ao outro lado da grande ponte construída por DR. ZACARIAS, soluçando. Foi um dia de luto geral".

ODILON NUNES, na sua excelente monografia "A mudança da Capital de OEIRAS para TERESINA," reportando-se aos fatos que sucederam a aprovação da Resolução Nº 315, que determinava a mudança da Capital, relata "Poucos dias após a aprovação dessa lei, SARAIVA usando das prerrogativas que lhes foram conferidas, suspende os trabalhos do Legislativo e passa a baixar portarias, tudo predispondo para o grande ato. Autoriza o Diretor dos Educandos a seguir com brevidade para a nova capital, levando todos os educandos, indo a pé os que pudessem. No mesmo sentido dá instruções ao administrador dos Correios, ao Inspetor da Fazenda, a todos os empregados a fim de que se apresentem e sigam para a nova capital".

O diploma legal da mudança contém dispositivos, que demonstram bem alto o excepcional descor-tínio, a profunda visão social dos seus elaboradores sendo de especial destaque os seguintes:

- "Art. 6º — Os empregados públicos que tiverem de estabelecer suas residências na nova capital, terão ajuda de custo correspondente as despesas de viagem, arbitrada pelo Presidente da Província, com atenção ao número de pessoas de suas famílias e a categoria de seus cargos. Além disso poderá o mesmo Presidente mandar adiantar-lhes até três meses de ordenado que serão indenizados à Fazenda, descontando-se-lhes a 5ª parte à proporção que forem recebendo seus vencimentos.
- "Art. 7º — O Presidente da Província poderá conceder licença até 6 meses, com to-

do ou parte do ordenado, aos empregados, que por motivo justo não puderem mudar suas residências para a nova capital no prazo marcado para tal fim.

- "Art. 8º — Os empregados, que ao não ser por causas atendíveis apreciados pelo Presidente, deixarem de entrar em exercício depois de findo o prazo para isso marcado, ou excederem o de qualquer licença obtida, serão considerados demissionários e suas vagas competentemente providas.
- "Art. 9º — Os empregados licenciados, nos termos do art. 7º, não terão direito aos emolumentos, que pagarão aos que forem empregados em seus lugares, durante seus impedimentos.
- "Art. 10º — Fica expressamente proibido o provimento vitalício nesta cidade, de qualquer emprego atualmente vago ou que vagar até a mudança da capital.
- "Art. 11º — Quando não bastem os recursos ordinários, para ocorrer as despesas ordenadas por esta lei, fica aberto um crédito da quantia de setenta contos de réis, além das sobras da receita, que se poderão aplicar ao mesmo fim".

Monsenhor Chaves diz em seu livro PIAUI — Subsídios para a HISTÓRIA DO PIAUI que, "Em TERESINA, SARAIVA tratou de instalar as repartições e fazer funcionar a máquina burocrática. Agiu com rapidez e precisão admiráveis: A 16 de agosto oficialava a cada Presidente da Província". "Tenho a honra de comunicar a V. Excia., que o corpo legislativo Provincial autorizou pela Lei nº 315, de 20 de julho do corrente ano, a transferir a capital desta província para a nova cidade de TERESINA, e que dei já execução a essa lei, pelo que me acho à disposição de V. Excia." O Ofício de 21 de outubro dá por encerrada a mudança: "Comunico a V. Excia., que esta Província está em paz e que se acha completamente transferida para esta cidade de TERESINA a capital da Província e funcionando regularmente todas as repartições".

É ainda ODILON NUNES quem escreve, que SARAIVA "ao chegar em TERESINA, havia boas construções na praça da Constituição (atual Decodoro) e Praça Saralva, rua da Glória, Rua Grande, Rua Bela, estes últimos logradouros já conhecidos por estes nomes. Viam-se também muitas cabanas pelas circunvizinhanças, especialmente na beira do rio e em rumo do Barroco".

A Lei nº 315 para incentivar a construção na nova CAPITAL no seu artigo 5º determinava: "Ficam isentos de foros e décimos por cinco anos os prédios construídos na cidade de TERESINA, até o último do ano de 1854, sendo contado aquele tempo do dia em que os mesmos prédios se prestarem aos fins de sua edificação".

Durante vários anos a data da mudança da capital foi objeto de discussão, explicando ARTUR PASSOS que "a controvérsia resultou da má interpretação de duas leis distintas nos seus objetivos e determinações: a que autorizava a mudança da VILA VELHA para a VILA NOVA DO POTI, de 29 de outubro de 1842, mas só executada a 20 do mesmo mês, em 1851, a que elevou a VILA NOVA DO POTI à categoria de cidade, com o nome de TERESINA, de 21 de julho de 1852.

Em 1942 uma comissão composta de Higino Cunha, João Pinheiro, Anísio Brito, Martins Napoleão e Joel Oliveira e presidida do Desembargador CROMWELL BARBOSA DE CARVALHO era nomeada pelo então Interventor Dr. Leônidas de Castro Mello, para "estudando o assunto fixar a data histórica da Capital".

Cada componente da comissão, com exceção do seu presidente, que não tinha direito a voto, apresentou por escrito o seu veredicto, havendo Higino Cunha e João Pinheiro opinado que 21 de julho de 1852, data da Lei nº 315, era a efeméride de TERESINA, quer como cidade, quer como capital. JOEL OLIVEIRA considerava como o marco da fundação de TERESINA o dia 20 de outubro de 1851, quando se deu a transferência da VILA VELHA DO POTI, — ANÍSIO BRITO e MARTINS NAPOLEÃO considerando que "não tendo havido fundação de TERESINA, como cidade, mas simples elevação legal da VILA NOVA DO POTI à categoria de cidade, a data histórica é a da sua instalação oficial como sede do governo da Província, com os foros de capital, a 16

de agosto de 1852". Acatando esta opinião o Interventor pelo Decreto-Lei nº 611, de 23 de novembro de 1942, fixou em 16 de agosto a data histórica da fundação de TERESINA.

Este trabalho elaborado com elementos colhidos em diferentes estudiosos da história do PIAUÍ e em pesquisas feitas nesse rico manancial de informações existente no nosso tão desprezado ARQUIVO PÚBLICO, nada apresenta de original e é homenagem que o INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PIAUÍ por intermédio do seu mais modesto membro, presta a TERESINA na passagem dos seus 124º anos de fundação neste último quartel do século em que vivemos.

Cumpre-me exaltar e agradecer o incentivo e a orientação que recebi do Professor JOSIAS CARNEIRO DA SILVA, sem dúvida e sem ostentação, um dos mais dedicados e profundos conhecedores dos fatos históricos de nossa terra e que preside com inteligência, civismo e zelo excepcional o nosso venerando INSTITUTO.

LISANDRO NOGUEIRA

ALCIDES M. NUNES

A situação invejável do Império Brasileiro, grande, progressivo, com destacados estadistas e gozando de bom conceito perante muitas outras Nações, provocou por parte de algumas Repúblicas sul-americanas desconfianças e até animosidades.

No PARAGUAI, tais sentimentos tornaram-se ainda mais acentuados. E, o governo paraguaio, temendo uma política de predomínio por parte do BRASIL, preparou-se, militarmente, ao ponto de manter em tempo de paz um exército de 80.000 homens bem treinados e municados, enquanto, que a força armada brasileira não ultrapassava de 15.000 soldados.

Foi assim, que a 12 de novembro de 1864 começou a grande luta que o Brasil teve de sustentar contra o PARAGUAI, até 19 de março de 1870. E, verificando o governo brasileiro, que não podia e nem devia fugir da luta injustamente provocada, houve por bem de chamar para o serviço ativo a "Guarda Nacional" e de autorizar a incorporação de "Voluntários da Pátria".

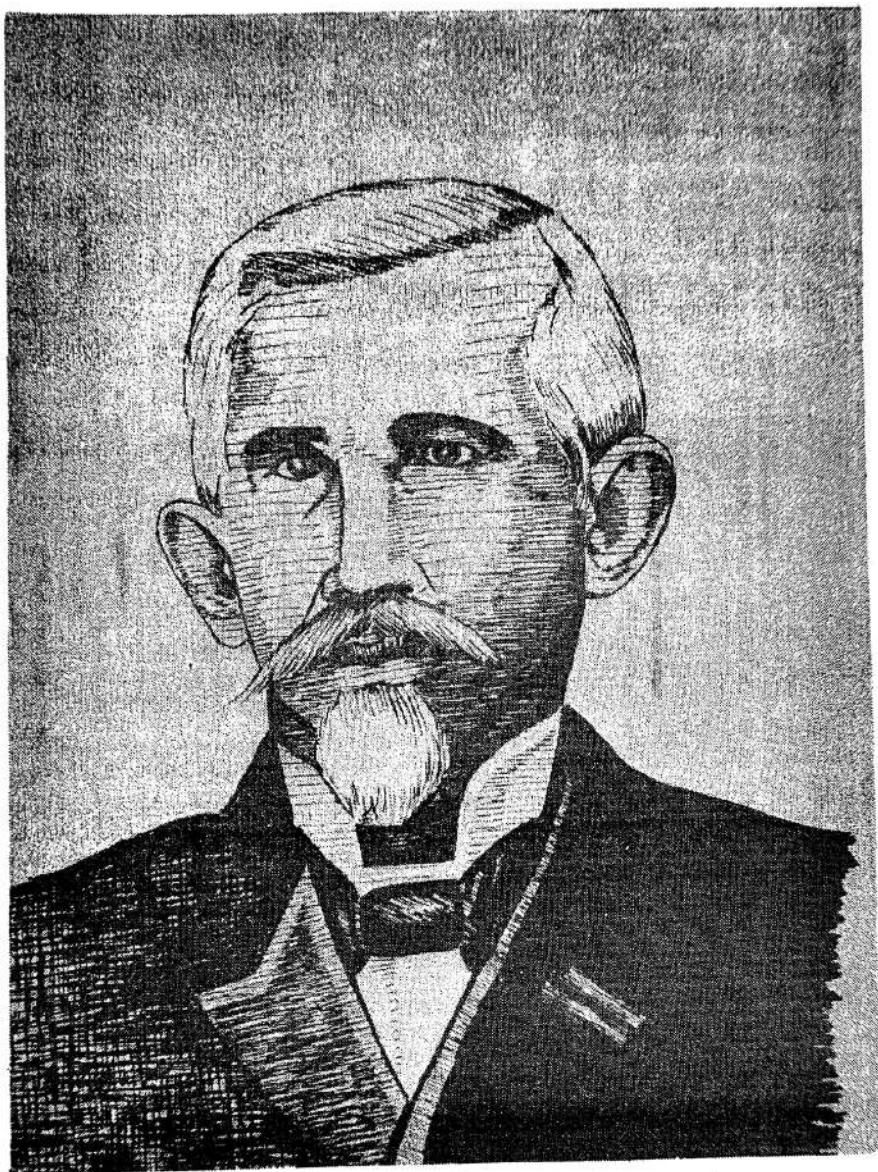
Naquela época, achava-se no Recife onde estudava direito, o acadêmico LISANDRO FRANCISCO NOGUEIRA, filho de Francisco José Nogueira e de Maria Luiza de Castro e Silva. Foi dos primeiros a se apresentar voluntariamente, para oferecer os seus serviços em defesa de nossa Pátria.

Lisandro era piauiense; nasceu em Valença do Piauí, aos 05 de novembro de 1848. Tinha apenas 18 anos de idade. Apesar do seu desenvolvimento físico era ainda menino e se tornou difícil o seu ingresso no Quartel. Teve de enfrentar certas dificuldades na ocasião. Mas, era governador de PERNAMBUCO, outro piaulense — o Dr. Antônio Borges Castelo Branco, que sensibilizado pelo ânimo forte e resolutivo do seu jovem conterrâneo, mandou alistá-lo.

Em maio de 1865 foi Lisandro incorporado como cadete ao BATALHÃO DE VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA. Preferiu, portanto, trocar os livros pelas armas e os confortáveis bancos de Escola pelas árduas e perigosas trincheiras dos campos de guerra e nunca vacilou, sempre foi muito decidido.

Por Portaria de 18 de junho do mesmo ano, foi aquele jovem nomeado alferes e poucos dias depois teve de embarcar para a Corte, onde chegou a 02 de julho para em seguida marchar em rumo aos campos de batalha.

Ainda, em 1865, no dia 06 de novembro deixa finalmente o solo pátrio; atravessa com seus companheiros, o rio URUGUAI para ARGENTINA e a 05



CEL. LISANDRO NOGUEIRA

*Herói da Guerra do Paraguai e expressiva
figura da política Piauiense*

(Bico - de - pena de Olympio Vaz da Costa Neto)

de fevereiro de 1866, transpondo com o seu Exército o rio Paraná, chega ao Paraguai para combater o inimigo.

No dia 02 de maio do mesmo ano de 1866, teve Lisandro o seu batismo de fogo; entrou em combate indo até as fronteiras inimigas demonstrando sempre disposição e bravura.

Notada e reconhecida a sua capacidade de ação e a sua invulgar habilidade, foi a 09 do mesmo ano nomeado instrutor para o 14º CORPO DE VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA. E, quando se teve de avançar contra o inimigo para acampar em Tututi, tomou parte no grupo de reconhecimento, sendo depois para orgulho nosso, também um dos notáveis participantes da memorável batalha de 24 de maio. E por seus feitos foi assim elogiado: "Portou-se como no dia 02 com grande coragem, bravura e sangue frio sendo também dos que mais se distinguiram entre seus companheiros comprovando assim o seu merecimento".

Por ordem do dia do Quartel General do Comando em Chefe, de 1º de julho, foi ainda nomeado Tenente em Comissão, sendo um dos mais destacados oficiais da 8.ª Brigada de Infantaria. E, por decreto imperial de 17 de agosto de 1866, foi agraciado com a Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo pelos relevantes serviços prestados nos combates de 16 e 18 de abril e de 02 e 24 de maio.

De 09 de fevereiro a 15 de abril de 1867 foi Secretário do seu Corpo de Tropa, mas o seu desejo era lutar em campo e a pedido foi exonerado.

Pela ordem do dia de 18 de julho de 1868, do Quartel General do Comando em Chefe, foi Lisandro nomeado Capitão em Comissão para esse corpo, com antiguidade de três meses e passou efetivo na 4.ª Companhia.

Tomou parte ainda no sítio de Humaitá até o rendimento completo das forças alojadas naquela fortaleza, e em vários outros combates entre os quais os de Piquiciri, Lomas Valentina, d'Augustura e Campo Grande.

A 1º de janeiro de 1869 teve a sorte de marchar com o seu Exército para Assunção, chegando no dia 05.

Também, por decreto imperial de 28 de julho de 1869 foi condecorado com a Medalha de Mérito Militar.

Em 15 de dezembro do mesmo ano, foi excluído do estado efetivo do Exército passando para o 30º Corpo de Voluntários, tendo, em ordem regimental de nº 11, de 30 de dezembro, recebido o elogio seguinte: "Hoje no exercício de pelotões pela manhã o excelentíssimo senhor Gal. Comandante de Divisão, ficou maravilhado de ver trabalhar a escola do capitão LISANDRO FRANCISCO NOGUEIRA—que não me surpreendeu pelo elevado conceito de que faço deste oficial cuja inteligência, zelo e actividade formou sempre o merecimento a que tem direito, de ottimo oficial, por isso não só o tenho louvado por diversas vezes, como de novo o faço do modo seguinte: Louvo o Sr. Capitão da 4ª Companhia — Lisandro Francisco Nogueira, pela elegância e energia com que instrui sua companhia concorrendo deste modo com valioso contingente para abrilhantar este corpo".

Terminada a guerra, regressou ainda no mês de março, à Corte do Império Brasileiro.

Por decreto firmado por D. PEDRO II, foi ainda, condecorado com o Hábito da Rosa e deferido o posto de Capitão Honorário do Exército Imperial.

Finalmente, em 06 de abril de 1870, vitorioso e feliz, chega em Recife, onde foi dispensado do serviço militar aos 14 do mesmo mês, por haver sido dissolvido o seu BATALHÃO DE VOLUNTÁRIOS.

Regressando ao Piauí, exerceu em Teresina, o cargo de Tesoureiro do Tesouro Provincial; mas, incompatibilizando-se com o seu chefe, exonerou-se e fixou residência em sua terra natal, dedicando-se à criação de gado, sendo também Promotor Público e Presidente do Conselho Municipal.

Ainda no Império, foi Deputado Provincial dos mais atuantes.

Com o advento da República Brasileira, foi eleito Deputado à Assembléa Constituinte e no governo do seu conterrâneo Gabriel Luiz Ferreira, chamado para o Comando da Polícia Militar do Estado, tendo em 1891, reorganizado com eficiência a nossa Corporação. Foi também agraciado com o título de Coronel Honorário do Exército do Brasil. Ainda, no Piauí, foi Diretor de Obras Públicas e Juiz do Tribunal de Contas, tendo sido também Presidente dessa Corte, além de influente chefe político junto aos governadores piauienses: Raimundo Artur de Vasconcelos (seu genro), Arlindo Francisco Nogueira (irmão) e Alvaro Osório Assis Mendes (cunhado).

LISANDRO NOGUEIRA casou-se duas vezes. Do primeiro matrimônio, com dona Belisa de Sousa Mendes, nasceram os seguintes filhos: Maria Luiza, Amélia, Artur, Augusto, Odilon, Alcebiades e Francisco Mendes Nogueira. Do segundo casamento, com dona Constância de Sousa Mendes (irmã da primeira mulher), não teve filhos.

Faleceu em Teresina, aos 13 dias de março de 1907.

A seu respeito disse Higino Cunha: "Graças ao seu prestígio combinado com o de outros seus pares nos conselhos administrativos é que fruimos esta situação política, de moderação, ordem, tolerância e respeito geral, garantidas todas as liberdades, especialmente a da imprensa, a mais importante de todas". (Piauí — 1907).

Monsenhor Joaquim Chaves — conceituado historiador piauiense dos nossos dias, diz de Lisandro: "Em meio às paixões desencadeadas da política partidária, ele soube manter-se sereno, incorruptível e bom. No mais acesso da luta ele era moderado, o bom senso, o equilíbrio. Pelo seu prestígio incontestado, nenhum homem entre nós reuniu nas mãos maior soma de poder. Nunca o empregou porém contra quem quer que fosse para exercer vingança ou satisfazer a ódios pessoais, franco, desinteressado, leal, coração generoso, estava sempre pronto para fazer o bem, nunca o mal. Seu maior valor foi ter uma vida limpa e transparente. Seu caráter inquebrável de herói às direitas excluía o egoísmo brutal, a cobiça desenfreada, a vaidade e a ambição".

Na guerra, em defesa da Pátria, Lisandro aprendendo e compreendendo o sentido da vida, tornou-se um herói.

Na paz, conhecendo e respeitando o semelhante, foi um grande líder.

LISANDRO NOGUEIRA, foi durante muitos anos chefe do Partido Republicano no Piauí.

São João do Piauí

Pe. Joaquim Chaves

DOMINGOS AFONSO MAFRENSE, à frente de curraleiros baianos, deu início ao desbravamento da zona onde se localiza, hoje, o município de SÃO JOÃO DO PIAUÍ, pouco depois de 1674.

O desbravador nasceu no lugar SÃO DOMINGOS DA FANGA DA FÊ, termo da então VILA DE TORRES, que pertencia ao município e arcebispado de LISBOA.

Era filho de JULIAO AFONSO E JERÔNIMA FRANCISCA.

Cavaleiro professo da Ordem de Cristo, foi o primeiro PROVIDOR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SALVADOR, NA BAHIA.

Esteve primeiramente em SÃO PAULO. De lá subiu, em bandeira, para os sertões do SÃO FRANCISCO, onde estabeleceu suas primeiras fazendas de gado. Por causa destas suas incursões no sertão inculto apelidaram-no de DOMINGOS AFONSO SERTÃO.

Durante muito tempo residiu na fazenda SOBRADINHO, sertão de RODELAS. Foi dali que partiu para sua penetração no Piauí.

Muitas e extensas sesmarias lhe foram concedidas, aqui, por GOVERNADORES DE PERNAMBUCO. Ao falecer em 1711 deixou, por testamento, suas propriedades no PIAUÍ para um morgado em favor de viúvas, donzelas pobres e órfãos, com a condição de que tais bens fossem administrados pelos PADRES DA COMPANHIA DE JESUS.

Expulsos os JESUITAS DO PIAUÍ por ordem do MARQUÊS DE POMBAL, tais bens passaram para a COROA e, profundamente dilapidados, constituem hoje as nossas chamadas FAZENDAS NACIONAIS.

DOMINGOS AFONSO MAFRENSE veio até nós em procura de terras apropriadas para a criação de gado. Quando atingiu as margens do rio PIAUÍ é provável que já tivesse fincado algumas fazendas nas margens do CANINDÉ.

Suas fazendas logo prosperaram. Os chapadões que ocupavam possuíam aguadas fáceis e frescos baixões de exuberantes pastagens.

Com a notícia dos novos descobrimentos de boas terras para a pecuária, outros exploradores foram chegando e se estabelecendo na região. Quando já eram muitas as fazendas, aqui, resolveram os moradores erguer uma capelinha no lugar denominado MALHADA DO JATOBÁ. Tal capelinha teve por padroeiro SÃO JOÃO BATISTA e foi construída em uma fazenda que pertencera, outrora, aos JESUITAS. Constituiu-se, logo, num curato para atender às necessidades espirituais dos habitantes da região.

A lei provincial 308, de 11 de setembro de 1871, elevou MALHADA DO JATOBÁ à categoria de paróquia. Seu primeiro vigário foi o Revdo. PADRE

FRANCISCO DE OLIVEIRA PAULO, que reconstruiu a capela, melhorando-a.

O lugarzinho cresceu rapidamente. A lei provincial 749, de agosto de 1871, elevou-o à categoria de vila e município. A instalação da vila foi solene e teve lugar no dia 17 de março de 1872. Já em 1874, precisamente no dia 18 de julho, pela lei provincial 850, erigiu-se em comarca, solenemente instalada a 16 de dezembro daquele mesmo ano.

A vila de S. JOÃO ia sempre em franco progresso. Uma boa igreja foi ali edificada em 1875 por Frei HENRIQUE CAVALCANTE. Muitos bons prédios ornavam suas ruas, destacando-se de todos o da municipalidade construído em 1789 por imigrantes cearenses, que para ali tinham sido levados fugindo ao flagelo de uma grande seca.

O desenvolvimento da vila desagradava a certas influências políticas de SÃO RAIMUNDO NONATO. O golpe veio por ocasião do advento da REPÚBLICA. A lei estadual de 25 de junho de 1896 consumou a humilhação de SÃO JOÃO DO PIAUÍ reduzindo-o a simples povoado e incorporando o seu município ao de SÃO RAIMUNDO NONATO. Como decorrência disto, foi também suprimida a comarca.

Os habitantes de SÃO JOÃO reagiram à altura e já em 5 de junho do ano seguinte era restaurada a autonomia administrativa do município com os antigos limites. Era uma reparação, mas os filhos da terra ainda não estavam satisfeitos: a injustiça não fora totalmente reparada, de vez que SÃO JOÃO DO PIAUÍ ainda permanecia judicialmente subordinado à SÃO RAIMUNDO.

A luta prosseguiu. A lei estadual 176, de 9 de junho de 1898 transferiu o distrito judiciário para OEIRAS; mas em 1903 a comarca voltava novamente a SÃO RAIMUNDO. Finalmente a Lei 379, de 20 de julho de 1905, anulou a Lei anterior 355 e recriou a comarca de SÃO JOÃO DO PIAUÍ. Esta vitória veio logo acompanhada de uma outra mais retumbante: a Lei 414, de 5 de julho de 1906, elevou SÃO JOÃO à categoria de cidade.

O município de SÃO JOÃO DO PIAUÍ está encravado na zona fisiográfica do sertão com as seguintes coordenadas geográficas: 8, 21 25" de latitude sul e 42° 14' 55" de longitude W. Gr.

A cidade está situada à margem esquerda do rio PIAUÍ em local aprazível. Vista de grande distância, de qualquer ponto por que se chegue a ela, do norte, do sul, do leste ou do oeste, apresenta um belo panorama, de aspecto agradável, que desperta logo interesse e simpatia. Circunda-a um cinturão verde de árvores frondosas e magestosas carnaubeiras.

No interior do município, no lugar MALOCAS DE BAIXO e na fazenda BOM JESUS, há numerosas cavernas que podem servir de atração turística e despertar a curiosidade dos estudiosos.

Na economia do município a pecuária ocupa posição privilegiada pela importância que exerce sobre as demais atividades.

E d u c a ç ã o

Zacarias de Góis e Vasconcelos, Educador e Político

Prof. ANTILHON RIBEIRO SOARES

PREAMBULO

Na elaboração deste trabalho, desde estas preliminares até sua conclusão serviram-me de fontes altamente valiosas as conferências feitas na SORBONNE pelo erudito historiador brasileiro OLIVEIRA LIMA, as quais pela riqueza de detalhes que lhe forneceram as cuidadosas pesquisas a que se entregou para proferi-las permitiram-lhe produzir uma obra de extraordinário valor histórico, qual seja a "Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira".

Para completá-lo utilizei elementos que me forneceram FIGURAS DO IMPÉRIO e OUTROS ENSAIOS, obra não menos valiosa quanto à primeira de autoria do historiador e sociológico Baptista Pereira.

"O apaziguamento das lutas políticas, encerradas sob a forma revolucionária em 1.848 permitiu a realização de todo um vasto programa de aperfeiçoamento legislativo, financeiro, administrativo, so-

cial, o qual foi servido à medida dos desejos por um pessoal recrutado nas fileiras do Parlamento e educado na escola da liberdade, temperado pelo senso da realidade. Esse pessoal, à frente dos negócios públicos, afirmou, com uma variedade individual de conduta, uma grande unidade de vistas e revelou, sem exceção, entre os personagens de primeiro plano uma concepção verdadeiramente superior das necessidades do progresso nacional.

Os principais representantes desse movimento, que muito mereceu da pátria e da cultura universal, os mais ilustres foram: O MARQUÊS DE PARANAGUÁ, que, mais que qualquer outro, substituiu as querelas de partido pelas questões de administração; o DUQUE DE CAXIAS, que alternava o comando do exército conduzido por ele à extinção das revoltas civis e à derrota dos tiranos estrangeiros, com a presidência de ministérios devotados à paz; o MARQUÊS DE OLINDA, a quem as funções de último REGENTE tinham dado a majestade de rei; NABUCO DE ARAÚJO, reformador da justiça e do direito; o VISCONDE DO RIO BRANCO, que regulou, como

diplomata, as relações internacionais, tão delicadas com as repúblicas vizinhas do sul, e dirigiu, como estadista, uma situação fecunda em transformações; o VISCONDE DE ITABORAÍ, hábil financista e por fim ZACARIAS DE GÓIS e VASCONCELOS, dialeto mordaz e pujante trabalhador.

ZACARIAS DE GÓIS e VASCONCELOS merece um destaque todo especial, tendo em vista que da sua atuação ao lado dessas eminentes figuras políticas do Império, ela se desmembra para figurar nas páginas da HISTÓRIA DO PIAUÍ.

ZACARIAS DE GÓIS, O EDUCADOR

ZACARIAS DE GÓIS e VASCONCELOS, nascido em VALENÇA (Bahia) em 1.815 e falecido em 1.877, no RIO DE JANEIRO, doutorou-se em Direito em 1.837 pela ACADEMIA DE OLINDA.

Antes de se projetar como um dos mais completos políticos brasileiros exerceu o magistério para onde entrou em 1.840, três anos depois de sua formatura, tornando-se, assim, além de notável político, também um emérito educador.

Foi um dos mais destacados oradores do BRASIL, de palavra fácil, fluente, correta e de argumentação lógica.

Graças a esses predicados e à sua brilhante carreira de advogado foi nomeado em 1.864, para uma das cadeiras da FACULDADE DE DIREITO DE OLINDA.

No exercício da cátedra de ensino superior acumulou conhecimentos que lhe permitiram atualizar-se com a problemática da educação nacional, tendo sido compensado dessa árdua atividade com uma justa e merecida aposentadoria.

Na luminosíssima constelação dos educadores do PIAUÍ, onde resplandecem MARCOS FRANCISCO DE ARAÚJO COSTA e DOMINGOS DE FREITAS E SILVA, deve fulgurar também com rara intensidade ZACARIAS DE GÓIS e VASCONCELOS que deu ao PIAUÍ mais um estabelecimento de ensino secundário que ao lado do de JAICOS e do de PIRIPIRI incorporaria o de OEIRAS, o LICEU PIAUIENSE como um marco cultural de sua passagem pelo GOVERNO DA PROVINCIA DO PIAUÍ.

Sentindo a imperiosa necessidade de dar à Província uma assistência intelectual condizente com a desenvolvida economia provincial, patrocinou com denodado ardor junto à ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA a aprovação da Lei nº 198, que criava no seu artigo 10 um LICEU com as cadeiras de Latim, Francês, Inglês, Geometria, Aritmética, Geografia, História, Retórica e Língua Pátria, resultando dela a criação a 4 de outubro de 1845 do tradicional Liceu Piauiense e com ele foi implantado no Piauí o ensino secundário oficial.

Nas festividades comemorativas da passagem de 110º aniversário de fundação do então LICEU PIAUIENSE, num preito de reconhecida gratidão das autoridades educacionais deste Estado deram-lhe o nome de Colégio Estadual ZACARIAS DE GÓIS sendo naquela ocasião aposto na sala da Congregação do estabelecimento o retrato de seu fundador.

Em sessão solene no encerramento das mencionadas festividades o autor deste trabalho pronunciou uma conferência em razão da efeméride concluindo seu pronunciamento com as seguintes palavras: "Repara-se hoje, nesta noite e nesta casa de ZACARIAS DE GÓIS e VASCONCELOS uma injustiça dentre as muitas que ainda persistem em relação ao insigne estadista brasileiro. O seu retrato passa, de agora por diante a completar a galeria, até então

incompleta dos mestres e benfeitores a quem o LICEU PIAUIENSE deve o desempenho do papel preponderante no desenvolvimento da cultura do Estado.

ZACARIAS DE GÓIS E VASCONCELOS, O POLÍTICO

Afastando-se do magistério desde cedo entregou-se à política. Como cidadão de notáveis predicados e político de elevados méritos teve suas atividades apreciadas com destacada imparcialidade pelo sociólogo BAPTISTA PEREIRA.

Politicamente, era uma natureza seca e sobranceira. Um livro que foi de seu uso, uma história de Clarendon (History of the rebellion and civil wars in England) marcado em partes, a lápis encarnado, tem uma sublinha nas seguintes palavras (vol. 1, pág. 44) atribuídas ao Conde de Oxford, em resposta ao Duque de Buckingham, "que não buscava a sua amizade nem temia o seu ódio". Aqui parece que o espírito de ZACARIAS achou o seu parceiro.

Iniciou sua integração na história política do BRASIL ao tomar posse no cargo de Presidente da Província de SERGIPE a 28 de abril de 1.845.

A 28 de junho de 1.845 assume a Presidência da Província do PIAUÍ.

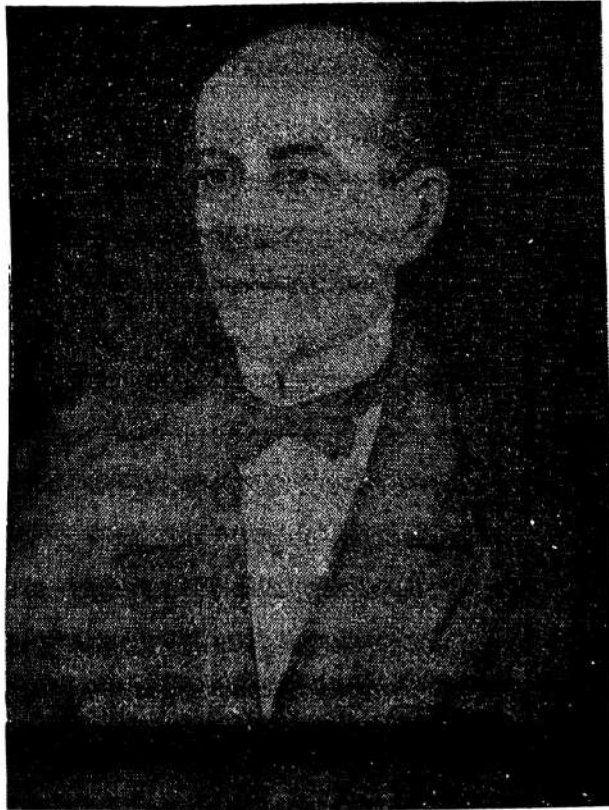
Alguns pesquisadores da nossa história laboram num equívoco no que se refere à data da posse de ZACARIAS DE GÓIS e VASCONCELOS no Governo do PIAUÍ, dando-a como sendo a 28 de julho de 1.845, quando em verdade ela foi realizada a 28 de junho de 1.845, merecendo ser esclarecida para fiel conhecimento dos fatos históricos a fim de que não venham a sofrer qualquer contestação.

Assim, o ofício em que ZACARIAS DE GÓIS e VASCONCELOS comunica sua posse na Presidência da Província do Piauí dirigido ao Exmo. Sr. Conselheiro d'Estado JOSÉ CARLOS PEREIRA D'ALMEIDA TORRES inserto no livro nº 1, à página 39 do Registro de Correspondência dos Negócios do Império constitui uma prova evidente da verdade histórica e que se acha assim redigido: Ilmo. e Exmo. Snr. — Comunico a V. Exa. para que se sirva levar ao conhecimento de S. M. e Imperador que tendo sempre viajado com a rapidez que era possível, cheguei hontem a esta Cidade, e hoje tomei posse da Presidência, achando em exercício o Vice-Presidente Dr. Francisco Xavier Cerqueira, por lhe haver o Conde do Rio Pardo, poucos dias antes passado a Administração. Devo dizer a V. Exa. que achei a Província em perfeita tranquilidade, e os povos dispostos a obediência como sempre esperei, nada restando dos movimentos ocorridos até 21 do passado, de que suponho V. Exa. já inteirado por ofício do meu antecessor, e sobre os quais com tudo ainda darei a V. Exa. as precisas informações, logo que com mais espaço colher visto que conforme a ordem de V. Exa. contida no Aviso de 15 de abril deste ano se não deve espacar a saída dos correios, não podendo eu por isso retardar o que de sahir no 1º do vindouro.

Deus Guarde a V. Exa. Palácio do Governo da PROVINCIA DO PIAUÍ, 28 de junho de 1.845.

a) ZACARIAS DE GÓIS E VASCONCELOS.

Além das Províncias de SERGIPE e PIAUÍ presidiu a PROVINCIA DO PARANÁ da qual foi o instalador por ser o primeiro Presidente nomeado após sua criação. Foi Deputado por SERGIPE, PARANÁ e BAHIA, sua terra natal de onde passou a representá-la no Senado. Foi Presidente do Conselho do 17º Gabinete de 24 de maio de 1.862 do qual foi



ZACARIAS DE GÓIS E VASCONCELOS
Governou o Piauí de 1845 — 1847
Fundou a 04-10-1845 o LICEU PIAUIENSE,
Colégio Estadual ZACARIAS DE GÓIS

o organizador chamado de o Ministério dos três dias. Foi Presidente do Conselho do 19º e 22º Gabinetes em 1.864 e 1.865 respectivamente. Como Ministro ocupou as pastas da Marinha, do Império, da Justiça e da Fazenda. Provedor da Misericórdia, que não dava um ponto nas visitas diárias tinha hábitos invariáveis. Eram três e meia e sabia-se que terminaria a sessão do Senado pela sua aparição na rua do Ouvidor, caminho do escritório. Metódico e cuidadoso, mal chegava a este, trocava uma das trinta sobrecasacas que COTEGIPE lhe imputava, por uma roupa de brim, todos os dias mudada. Foi aí que recebeu a primeira visita de RUY, acompanhado de MANOEL DE SOUSA DANTAS, que o ia apresentar em nome do Conselheiro DANTAS que estava na Bahia. "Menor ainda que o Pai" foi a frase de acolhimento.

Em 1.868 pediu exoneração do Gabinete em consequência da questão da prerrogativa da Coroa, suscitada por ocasião da escolha do VISCONDE DE INHOMERIM para Senador pelo Rio Grande do Norte. Tem ele a Chefia do Gabinete do Governo Imperial a 3 de agosto de 1.868. Lavrava nesse período o conflito internacional do PARAGUAI e na palavra autorizada de BAPTISTA PEREIRA presidia ele o país com o pulso de um verdadeiro estadista. Eram próprias as suas qualidades: energia, inflexibilidade, ciência de mando, espírito de previsão — de ordem. Do ilustre opositor do símbolo da nacionalidade que foi CAXIAS é oportuno que conheçamos detalhes provocados por sua queda do Gabinete. Revestiu-se de excepcional solenidade a sessão do Conselho de Estado em que se tratou exclusivamente desse assunto, ou o general ou o chefe do Ministério: NABUCO DE ARAÚJO votou pela conservação de CAXIAS opinando porém "que o precedente seria funesto para o regime". PIMENTA BUENO, MARQUÊS DE SÃO VICENTE, votou contra CAXIAS e pela conservação do gabinete ZACARIAS.

O culto autor de FIGURAS DO IMPÉRIO E OUTROS ENSAIOS, BAPTISTA PEREIRA fixa aspectos variados da sua pessoa assim se expressando: ZACARIAS era uma figura singular. Frio, austero, impecavelmente raspado e vestido, tão escarolado por fora de pó como por dentro de hesitações. Parecia-se com GUIZOT. Vivía para o seu partido como um professo para a Ordem. Daí chamarem-lhe os inimigos de "jesuíta de casaca".

CONSTANCIO ALVES define seu espírito de ordem e justiça em duas anedotas: "Ninguém no seu jardim, nem ele próprio podia colher uma rosa. O jardineiro tinha a responsabilidade das flores. Que ninguém lhe usurpasse as atribuições.

Dava ao cocheiro um tanto para a conservação da sege e sustento das parelhas. As vezes sobrava muito. O boleeiro restituía. ZACARIAS não aceitava. Que se beneficiasse do seu zelo e da sua economia.

MACHADO DE ASSIS afirmou num artigo sobre ZACARIAS: "Quando ele se erguia era quase certo que faria deitar sangue a alguém". NABUCO

caracteriza-o como político: "Com ele não havia a perempção do erro ou do engano. A Câmara de 1.868, que o apoiava por imensa maioria, não fez cerimônia de taxar de Câmara de Pedintes".

A sua mordacidade expunha ao ridículo até os companheiros do Senado. Estava falando certo dia quando estacou de súbito. Surpresa e interrogação no auditório.

— Não é nada, explicou serenamente. Estou esperando que os nobres barões acabem de se barbear. Referia-se aos barões do RIO GRANDE e PIRAPAMA, que surdos, trocavam duas frases rápidas sobre marcas de navalhas.

Tratava aos colegas como um decurião aos alunos. Um velho Senador encanecido costumava escrever durante as sessões. ZACARIAS da tribuna lamentou que o tempo destinado ao serviço da nação fosse malbaratado em correspondências particulares. O culpado escondeu rapidamente os papéis na carteira, debaixo de hilaridade geral.

Eis como o VISCONDE DE TAUNAY conta uma das suas mais impiedosas pilhérias: "Neste Senado, observava ZACARIAS, acenando com o seu lápis sempre em punho, vemos coisas bem curiosas; por exemplo um colega que, mal chega à sua cadeira, tira as botinas, fica de meias e pega logo no sono".

Referia-se ao Senador CRUZ JOBIM cujo comodismo era proverbial, homem, aliás, de bons serviços à Nação, chistoso por seu lado e muito inimigo das irmãs de caridade, que ZACARIAS, provedor da SANTA CASA protegia com as forças, entregando-lhes sem reserva a direção daquele estabelecimento e do HOSPÍCIO DE PEDRO II.

Aí TEIXEIRA JÚNIOR, depois VISCONDE DE CRUZEIRO, tocou no cotovelo do companheiro ao lado e maldosamente lhe assoprou: "o ZACARIAS está afirmando que V. Exa. em outros tempos, defendeu calorosamente as irmãs de caridade". O outro, todo estremunhado e logo enfurecido bradou: Não é exato. Prove V. Exa. o que avança. Venham as provas. ZACARIAS replica: "Os seus colegas de bancada que atestem se digo ou não a verdade. CAXIAS estava profundamente ressentido dos liberais que o tinham apeado do Ministério, depois de ferir-lo cruelmente nas discussões parlamentares. O Ministério ZACARIAS bem merecera da pátria. Eis senão quando, inopinadamente, como um trovão em céu sereno estoirou a notícia da sua queda. O Imperador despedira o Ministério que organizara a defesa nacional. O Imperador procurava quase sempre revesti-las de aparências constitucionais. Desta vez, porém, em plena guerra, dir-se-ia que dera de mão a todos os escrúpulos de legalidade. Assim o quis. Assim o fez. Derrubou ZACARIAS e chamou ao poder os conservadores. A verdade da queda dos liberais em 1.868 foi sempre disssimulada, como um golpe capaz de abalar as instituições.

E dado por quem? Pela mais gloriosa das nossas espadas, pela que fora sempre a mais segura defesa da lei. Foi a espada de CAXIAS que apontou a ZACARIAS a escada pela qual se desce do poder.

Sociologia

Capítulos da História de Teresina

J. PATRÍCIO FRANCO

TERESINA, cidade fundada em 1852, tem sua história, em capítulo, estes em etapas, finalmente todos eles integrando a história do PIAUÍ.

Aqui viveram, a partir da instalação do governo da província, homens que fizeram a grandeza do PIAUÍ, e tornaram-se na história, exemplos de homens públicos, cidadãos particulares, todos na simplicidade de suas vidas, trabalhando e edificando uma comunidade urbana.

Esta comunidade, que evoluiu poucos anos depois de sua fundação para tornar-se numa cidade metrópole, centro de interesse político, social e econômico do Estado.

Mas no decorrer desses anos, de sua fundação até os dias presentes, TERESINA, enquanto teve os seus dias de glórias e esplendores, de festas, e momentos alegres, sofreu também por outro lado agruras e dificuldades, tristezas e apreensões.

Tudo porém são decorrências de uma cidade, que nasceu, cresceu, e vive sob condições várias, ecológicas, sociais e econômicas, incertas e difíceis.

Pobre e pequena, TERESINA conservou-se provincial, nos hábitos e na vida cotidiana; das pessoas e das coisas, embora sempre demonstrasse em

vários atos que possuía alma sensível e espírito aberto à evolução e ao progresso. Aqui, desde os primeiros dias da vida da cidade, existiram, e a história testemunha, trabalhos com objetivos altos, de fazê-la uma cidade atraente, pelos seus aspectos habitacionais, pela limpeza e alargamento das suas avenidas e praças, e especialmente pelas suas áreas verdes, e mais pela sua sociedade, acolhedora e fina, especialmente para com os que eram estranhos, e seus visitantes.

TERESINA, alguém disse dela, é uma cidade sem muros e sem portas, todos entram e saem, sem estorvo, sem obstáculos, sem vistos da polícia.

Os estranhos, os forasteiros, encontram de parte dos teresinenses, uma acolhida de lhanza e bom trato, maneira de ver e tratar, somente possível em gestos simples e sem maldade, como pode ser o povo da capital do PIAUÍ ou melhor dizendo do PIAUÍ inteiro.

Cidade tropical, que o escritor COELHO NETO, numa ligeira visita, chamou de CIDADE VERDE, tempos mais tarde, IGLÓSIAS, outro visitante ilustre, chamou de CIDADE DAS ESMERALDAS, oferece um clima que?



DR. FRANCISCO DE ASSIS IGLÉSIAS
Autor de CAATINGAS E CHAPADÕES
Devotado admirador do Piauí
(Bico-de-pena de OLYMPIO VAZ DA COSTA NETO)

CAPÍTULO DA HISTÓRIA DE TERESINA II

Com este preâmbulo, uma introdução justificativa, de como vejo e sinto TERESINA, hoje cidade dos meus amores, que se não é uma cidade ideal em todos os aspectos urbanos, é todavia uma comunidade bem brasileira, muito telúrica, sobretudo fundada e povoada para ser a capital do PIAUÍ.

O capítulo será de como os visitantes vêem e sentem a nossa TERESINA, através dos tempos, precisamente nas décadas de 10 e 20, fixaram, cada uma a seu modo, a imagem da cidade, e sobre ela escreveram.

FRANCISCO DE ASSIS IGLÉSIAS, autor de CAATINGAS E CHAPADÕES, paulista de CAMPINAS, ESTADO DE SÃO PAULO, esteve no PIAUÍ, pela primeira vez, no ano de 1914, voltando anos seguidos, de modo que sua permanência no PIAUÍ, e especialmente no interior, foi de cinco anos. Desta permanência, o maior tempo foi passado em TERESINA, cuja imagem e cujo retrato ele deixou escrito, no segundo capítulo do livro citado.

TERESINA, segundo IGLÉSIAS, era uma cidade pequena e pobre, de ruas inteiras "de casas de palhas, sem calçamento; a iluminação elétrica data dessa época, notando-se que a rede era no meio das ruas, e postes sustentado por uma base de pedra e cal".

O clima, que se constitui ainda hoje, o terror dos visitantes, segundo ele, em certas horas, quando de "dar o nó na gravata, molhava de suor a camisa, que tinha de mudar". Esse inconveniente, segundo ele mais adiante diz, se conjurava pela hospitalidade do povo, e a convivência com a sociedade acolhedora e fina". E ainda a mais, pelo consumo de frutas tropicais, em abundância, nos pomares cultivados nos quintais.

Os banhos, vários, durante o dia, eram a forma de amenizar a canícula, diz ele, até as primeiras horas da noite, quando soprava de mansinho uma aragem vinda do mar".

Este retrato é de 1916, TERESINA de corpo inteiro, visto do alto, por um homem portador de grandes sentimentos e boníssimo coração.

IGLÉSIAS voltou a TERESINA, quarenta anos depois (1952) recebido pelas autoridades, Governador PEDRO FREITAS, Prefeito JOÃO MENDES OLYMPIO DE MELO, pela CÂMARA DE VEREADORES, pelos telúricos, grupo de piauienses amigos da "gleba" e pelo povo. Foram as homenagens da cidade.

Voltando, na segunda edição de CAATINGAS E CHAPADÕES, escreveu o capítulo, final "quaren-

ta anos depois", um retrato atual, uma imagem exata e verdadeira.

No ano de 1928, aqui esteve o escritor HUMBERTO DE CAMPOS, então deputado federal por sua terra, o MARANHÃO; veio a convite do Governador JOÃO DE DEUS PIRES LEAL, que como HUMBERTO tinha a sua família, de origem maranhense, foi recebido no atual PALÁCIO DE KARNAK, onde se hospedara na intimidade do Governador, seu amigo.

CAPÍTULO DA HISTÓRIA DE TERESINA III

HUMBERTO DE CAMPOS, escritor da ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, empolgara os leitores brasileiros, após a publicação de MEMÓRIAS, feitas de emoções e sentimentos, de sua vida de lutas e dificuldades, entre a cidade piauiense de PARNAIÇA (onde viveu sua infância, laços de família), BELÉM DO PARÁ, finalmente RIO DE JANEIRO onde atingiu o apogeu da carreira.

HUMBERTO DE CAMPOS já estava tocado pela doença, que veio afinal vitimá-lo em 1934, entre amarguras e sofrimentos, viu ao que parece TERESINA por um ângulo: ruas lamacentas e sem calçamento, favelas e casebres, à margem da entrada, depois de passar o rio PARNAIÇA, em canoa, desembarcando em barranco, sem Cais, percorreu ruas de aspecto pobre e acanhado, até chegar no palácio, onde ganhou régia hospitalidade.

TERESINA, na hospitalidade, deu a HUMBERTO DE CAMPOS a melhor acolhida. Ele era um pouco piauiense, pois se não nascera, fizera porém aqui, na cidade de PARNAIÇA, os seus primeiros estudos e naquela cidade vivem até hoje, membros ilustres da família CAMPOS VERAS, tronco do qual descende.

TERESINA, fez mais, deu a uma das suas ruas no centro da cidade, o nome de HUMBERTO DE CAMPOS, conservado até hoje, homenagem que ele mereceu em vida. O retrato de TERESINA, deixado por HUMBERTO DE CAMPOS, foi doloso e cruel no capítulo de suas MEMÓRIAS SECRETAS, publicadas anos depois de sua morte. Por certo, ele escolheu o ângulo mais gritante da pobreza e da miséria da cidade, não vendo o lado humano, ao contrário, pintando uma realidade que era apenas uma parte; e não um todo.

Acostumado às grandezas e misérias, não apenas de TERESINA, mais de outras cidades e outras civilizações, já descritas através da história, senti a maldade do escritor, pena brilhante, inteligência privilegiada, mas espírito enfermo. TERESINA não merecia o retrato por ele deixado em suas MEMÓRIAS SECRETAS. TERESINA o havia escolhido e homenageado.

Os Coelhos do Jatobá

William Palha Dias (1)

Perto de SIMPLÍCIO MENDES, cerca de cinco léguas, demora um conglomerado de pessoas de modos e costumes verdadeiramente esquisitos.

Gente de estatura muito abaixo da média normal, se apresenta desconfiada e de maneira inteiramente curiosa. Os homens conduzem os filhos ainda tenros ao ombro ou escarranchados ao lado, sojigados pelo meio.

Quando em passeio, as mulheres, se não vão à frente, ladeiam os companheiros quase sempre baforando-os com a fumarada dos indefectíveis cachimbos de canudos sarrentos. Se no percurso encontram um desconhecido, param em seu derredor e, enquanto os homens entabulam conversa, as mulheres, imprudentemente, ficam a fixar o estranho como se fosse este objeto raro ou um ente exótico.

As habitações em JATOBA são de formato rústico e em desalinho, espalhadas pelo matagal circundante. Os habitantes, todos são de raça branca do tipo alourado. Todavia, pelo aspecto físico em decadência, guardam atavicamente traços dos ancestrais perdidos na noite dos tempos. Mas, o entrelaçamento sanguíneo que vem ali se processando impõe, indiscriminadamente, a todos e em todos, uma tendência degenerativa transformadora duma antiga raça forte e bela em atuais pigmeus que suportam, em seu todo, a atrofia de um sangue cujos constantes e repetidos entrelaçamentos desrespeitam todas as regras e exigências genéticas.

Não se enquadraria bem o chamar-se aquela gente de catumanos muito embora o atraso de seus costumes assim o permitisse. Contudo, ali ainda se conta com alguma coisa digna de reparo e até elogio a gentileza e a bondade com que aquela gente simplória recebe o visitante se este é político. No entanto, pelo atraso de costumes demonstrado, bem se poderá aquilatar seu estágio social que é, como se observa, o do mais recuado primitivismo. Não obstante, alguns fatos curiosos chamam a atenção das pessoas que ali chegam. Não se poderia esquecer como são feitas as fontes de abastecimento d'água daquela gente. O sítio onde se localiza suas habitações está ladeada por pequeno manancial por onde escorre a preciosa linfa. No leito do córrego, que é bem forrado de areia, encontra-se boa qualidade de seixos miúdos. No centro do córrego são fincados potes de barro assados, tendo nos fundos vários furos arredondados por cima dos quais são colocados seixos mais ou menos uniformes. Pelos furos, com a compressão exercida pelas paredes dos

potes, sobe a água, infiltrando-se e filtrando-se nos buracos entre a areia e a camada de seixos sobrepostos aos furos dos potes enterrados até o pescoço. Desta maneira, os COELHOS têm, por esse singular processo, água tão potável quanto higiênica.

Outro fato curioso chama a atenção dos que visitam o peculiar JATOBA, é a divisão de um coqueiral da família, herança de antepassados desde os mais distantes. Não sendo mais possível uma divisão geodésica da gleba onde se situa a pequena riqueza vegetal, para solucionar as dificuldades decorrentes das sucessivas divisões hereditárias o problema é resolvido com grande sabedoria pelos proprietários. Assim, à medida que se faz nova divisão, os coqueiros vão sendo ferrados com a marca do novo herdeiro. De tal sorte têm-se repetido as divisões, que existem pés de cocos com mais de vinte ferrados de diferentes donos.

Todavia, a coisa mais singular da terra é a aferada discriminação racial predominante. Ali não se tolera negro. A aversão ao preto é de tal monta que, se um dos COELHOS tiver o desplante de unir-se a um negro, é logo segregado do convívio do resto do clã e condenado ao desprezo por todos, fato que acontece, também, com sua descendência.

A intolerância é de tal sorte que atinge às raíais da discórdialidade até em questão de hospedagem. Os COELHOS não abrigam em suas casas, pessoas de cor negra. Gostam muito de política e, apesar de seu estágio de primitivismo, quase todos ferram o nome para se tornarem eleitores. Mas, se políticos em campanha conduzem em suas companhias pessoas pretas, haverá, irremediavelmente, restrições para esses. Nas festas, mesmo políticas, não dançam juntos pretos e brancos. Se algum negro penetra nas salas de dança onde estiverem COELHOS, estes se retiram do ambiente e, noutro local, organizam suas festas onde não permitem o ingresso de nenhum preto.

Desta maneira singularmente, são os COELHOS de JATOBA cuja consanguinidade tende, cada dia que passa, à completa degeneração de uma família outrora de grandes possibilidades, quer políticas, sociais ou econômicas.

(1) — Extraído do livro de crônicas (inédito) do autor, denominado:

Valores do Piauí

DE RODRIGUES DOS SANTOS

Dr. Justino Augusto da Silva Moura

Nasceu em OEIRAS — PIAUÍ, em 15 de abril de 1863. A população oeirense acreditava no retorno à categoria de Capital, com sobradões de azulejo e cantaria, aristocratas rurais em prosperidade econômica, com os motivos que, pouco mais de um século antes, de terminarem a escolha do local para sede do Governo.

Filho legítimo do Dr. JOSÉ LUÍS SILVA MOURA e D. RAIMUNDA DA SILVA MOURA, fixaria na sua individualidade a nobreza de caráter e a segurança das atitudes. A família dava-lhe os melhores exemplos de equilíbrio, moderação e honradez, bem como de coragem cívica e amor à cultura.

Assinala-se, mesmo de passagem, por motivo de o histórico estar reservado para outro estudo, que a família SILVA MOURA não constituiu qualquer oligarquia nas comunidades por onde se radicou, embora tivesse expoentes na vida política da PROVÍNCIA e do ESTADO.

As principais famílias do PIAUÍ, principalmente as centralizadas em OEIRAS, formavam verdadeiro mosaico de entrelaçamentos, mas os SILVA MOURA distinguiram-se perfeitamente dos outros grupos, pelo comportamento social, pelas atividades profissionais.

Encaminhado para TERESINA, JUSTINO AUGUSTO já se encontrava habilitado aos preparatórios. No seio da família e aos cuidados de eminentes professores, aprendeu Retórica entre outras disciplinas Gramática Portuguesa, Gramática Latina, Geometria.

De OEIRAS saiu a cavalo, na estrada para COLÔNIA (atual FLORIANO), de onde desceu em gaiola, com a mala de couro bem arrumada e farta de queijos e doces de frutas.

Diante das precárias condições de funcionamento do LICEU PIAUIENSE, viajou a cavalo até CAXIAS, onde tomou embarcação do rio ITAPECURU, com o coração palpitante de saudades e a alma cheia de esperanças.

Iniciou e concluiu o curso secundário em SÃO LUÍS DO MARANHÃO, onde as ruas e praças ainda guardavam ressonâncias da passagem de JOÃO LISBOA, SOTERO DOS REIS, VIVEIROS DE CASTRO.

Acentua-se, como aspecto original, que a família SILVA MOURA apresentou no PIAUÍ o mais elevado índice de bacharéis. Verdadeira tradição, continuada através dos tempos. Não era o bacharelismo somente do Direito, vez que médicos, dentistas, farmacêuticos, engenheiros, bem como militares de curso e clérigos, engrandecem o nome da família.

Não só por isso, como também pelas possibilidades econômicas dos seus pais, e, sobretudo, pela força de vontade servida de radiosa e forte inteligência, JUSTINO AUGUSTO escolheu o Direito para sua carreira.

Depois das férias passadas anualmente em OEIRAS, e da visita para os preparativos ao curso superior, desceu o rio PARNAÍBA, tomou passagem em Tutóia e seguiu diretamente à casa do Correspondente que lhe forneceria a mesada mensal, no RECIFE, onde se matriculou na Faculdade de Direito. TOBIAS BARRETO e SÍLVIO ROMERO, principalmente, lideravam o movimento intelectual da capital pernambucana.

Morava numa república — Rua da Imperatriz — com NILO PEÇANHA e moços de várias PROVÍNCIAS, com dedicação aos estudos, frequência às aulas e afastamento dos grupos que se recreavam, quotidianamente, nas margens do CAPIBARIBE.

Preocupavam-lhe a organização e o asseio dos livros e das utilidades. Nem os armadores deviam ranger ao embalo da rede de linho.

Os sapatos e chinelos, o espelho, o pente e a navalha de barbear, o chapéu e o saco de roupa utilizada, — tudo permanecia, sem poeira, nos devidos lugares.

Cronistas referem-se às dificuldades financeiras e econômicas, às dispersões de tempo em recreios e boemias, às competições jornalísticas e partidárias, aos préstimos recebidos dos homens públicos, enfim, à vida particular de vários acadêmicos, mas não mencionam o nome de JUSTINO AUGUSTO DA SILVA MOURA.

Ficou registrado, entretanto, que ele participara com atuante idealismo, da campanha abolicionista.

Os falecimentos dos genitores produziram-lhe profundo consternamento, e na consciência de alcançar o objetivo traçado, multiplicou as energias de coragem e dedicação aos estudos.

Colou grau em 26 de março de 1887, tendo como colegas de Turma, entre outros amigos, NILO PEÇANHA, JOÃO HENRIQUE DE SOUSA GAYOSO, os dois irmãos COLARES MOREIRA.

Na caçuleta da faixa vermelha de gurgurão de seda que envolve o diploma, ele mandou gravar no coração de ouro: de um lado — “À memória dos meus pais, os verdadeiros amigos”, e do outro lado — “À minha noiva, meus irmãos, cunhados e sobrinhos”.

O jornal A IMPRENSA (1º de maio de 1887) noticiou: “Dr. JUSTINO MOURA. — Este distinto moço, bacharelado ultimamente pela Faculdade de Direito do RECIFE, encontra-se entre nós, de viagem para OEIRAS.

Cumprimentando-lo efetuamente”.

Nomeado Promotor Público da comarca de SÃO FRANCISCO — MARANHÃO, exerceu as funções do cargo com lisura e eficiência. Sentindo os impulsos do amor ao torrão piauiense, e para não ficar distante dos amigos e admiradores que conquistara naquela cidade maranhense, aceitou meses depois a nomeação de Promotor Público de AMARANTE, para onde se transferiu. Agradeceu convite para a Ma-

gistratura de cidade do MARANHÃO.

Em junho de 1888 foi nomeado Promotor Público da comarca de HUMILDES, embora pertencesse ao PARTIDO LIBERAL, cuja nomeação causou surpresa aos círculos políticos, vez que o Presidente da Província, Dr. VIVEIROS DE CASTRO, chefia-va o Partido Conservador.

Com méritos intelectuais, austeridade e dedicação ao trabalho, foi distinguido com a nomeação de JUIZ DE DIREITO de PICOS—PIAUI, em 1895. Pela Lei nº 82, de 8 de outubro desse ano, teve três meses de licença com ordenados.

Em 1898 recebeu a nomeação de JUIZ DE DIREITO DE CAMPO MAIOR. Manteve a mesma linha de conduta, com dignidade e elegância.

Casou-se em com D. TERESA DE JESUS MARTINS DA SILVA MOURA (D. Tetê) e o casal teve os filhos: AQUILES, funcionário aposentado da Estrada de Ferro Central do Brasil; CONSTANÇA, falecida em 1966; EDISON, funcionário público federal aposentado; JUSTINO, funcionário público federal aposentado.

D. Tetê, de prendas domésticas, dava-lhe o estímulo e carinho indispensáveis nos momentos da maior preocupação. Ela se desdobrava em afetos e atenções, ao esposo amado e aos filhos.

De CAMPO MAIOR, VALDIVINO TITO publicou no jornal ESTAFETA (9 de outubro de 1898), com dedicatória ao Dr. JUSTINO AUGUSTO DA SILVA MOURA:

CHORANDO

Ela chorava as bagas do seu pranto,
Mais puras do que a pura água lustral,
Rorejavam à flux brilhavam tanto,
Como se fossem gotas de cristal!

O seu rosto moreno — todo encanto,
Cingido d'uma auréola divinal,
Dir-se-ia um jambo d'algum horto santo,
Banhado pelo rócio matinal.

OH! lágrimas d'um anjo que já sofre!
Quem me dera apanhá-las uma a uma,
Guardá-las todas n'um pequeno cofre!

Que é sacrilégio, atrás profanação,
— Deixar que o tempo estragador consuma
As lágrimas d'um virgem coração ...

Correspondente do jornal PÁTRIA, em 1905, noticiava o que acontecia de mais importante em CAMPO MAIOR, onde as lutas políticas tomavam grandes proporções, por motivo dos grupamentos partidários que, constantemente, apresentavam novo potencial eleitoral. Menos pelo índice populacional fixo, do que pelos contingentes de *retirantes* nordestinos.

Em 8 de junho de 1913 presidiu a sessão solene em que ZITO BAPTISTA pronunciou conferência de homenagem à memória de ALCIDES FREITAS. Apresentou o brilhante conferencista e recebeu credenciais, das quais se desincumbiu brilhantemente, para testemunhar os agradecimentos de CLODOALDO FREITAS e família.

A distinção merecida não se originou somente pela função do cargo de Juiz de Direito. Ela se fundamentou também pela capacidade intelectual do Dr. JUSTINO AUGUSTO DA SILVA MOURA. O conferencista cérebro de centelhas maravilhosas. O homenageado ilustre — jardim florido de encantamentos. Ambos eram poetas de melhor categoria.

O DIÁRIO DO PIAUI (19 de junho de 1913) noticiou: "Chegou de CAMPO MAIOR, de cuja comarca é íntegro Juiz de Direito, o Sr. Dr. JUSTINO AUGUSTO DA SILVA MOURA. Damos as boas vindas ao ilustre magistrado."

Em CAMPO MAIOR incentivou vários e diversos empreendimentos públicos e particulares. Promoveu a fundação e presidiu a ASSOCIAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULO (Vicentinos). Espírito religioso e caritativo, ele estimava e sabia impor respeito, acima de tudo e de todos, à sua admirável autoridade moral.

Seus contemporâneos contam que o Dr. JUSTINO AUGUSTO fora jurisdicionar o Termo de ALTO LONGÁ, onde a marginal e valentona MARIA FRANCISCA tinha sido autora de homicídio e, sem punição, andava pelas ruas na sua calça de homem, garruncha à cintura, bonito cavalo de sela, zombando das autoridades locais. Naquele dia, o meritíssimo Juiz tomou conhecimento da impunidade e, quando se dirigia à fazenda de gado "Invejada", propriedade do coronel MANOEL CARDOSO, onde ia fazer os casamentos de TERTULIANO BRANDÃO e JOSÉ PIRES FERREIRA NETO, ele voltou ao local onde se encontrava a criminoso e, pessoalmente, com destreza e energia, desarmou-a e deu-lhe ordem de prisão. MARIA FRANCISCA curtiu sentença na Cadeia Pública.

Em janeiro de 1916 ele recebeu as credenciais de representante da cidade de UNIÃO, na Convenção do PARTIDO CONSERVADOR PIAUIENSE, prestigiando a candidatura do Dr. ANTONIO COSTA ao cargo de Governador do Estado.

Em fevereiro desse ano, visitou TERESINA. Em março foi recebido em audiência especial pelo Chefe do Executivo, dentro da sua linha de coerência. Desde 1892 estava filiado ao PARTIDO REPUBLICANO LEGALISTA, chefiado pelo BARÃO DE URUCUI.

Pelo Decreto nº 44, de 11 de maio de 1916, a pedido teve a nomeação de Juiz da 2ª. Vara de TERESINA, privativa dos Feitos da Fazenda e criada em 8 desse mês.

Desempenhou com ilustração e pontualidade várias convocações ao Tribunal de Justiça.

Com JOÃO MARIA BROXADO, SIMPLÍCIO DE SOUSA MENDES, AARÃO PARENTES, BENEDITO LEMOS e JONATAS BAPTISTA, em agosto de 1917 formou a DELEGAÇÃO DO CENTRO PIAUIENSE, no sentido de conseguir auxílios financeiros para essa Organização sediada no RIO DE JANEIRO.

Quando ocorreram a fundação e instalação do INSTITUTO GEOGRÁFICO, ANTROPOLÓGICO E HISTÓRICO DO PIAUI, em 23 de junho de 1918, o Dr. JUSTINO AUGUSTO DA SILVA MOURA estava na linha de frente dessa iniciativa. Assinou a Ata, como um dos fundadores.

Ele não aceitava ingerência na sua judicatura.



DES. JUSTINO AUGUSTO DA SILVA MOURA
*Um dos fundadores do INSTITUTO HIS-
TÓRICO E GEOGRÁFICO DO PIAUÍ*
Nasceu em OEIRAS - PIAUÍ a 15-04-1863
Faleceu em TERESINA - PIAUÍ a 26-02-1942

Imprimia traços marcantes de cultura jurídica, independência e filantropia.

O Juizado da 2a. Vara foi extinto pela Lei nº 1025, de 1º de julho de 1922, e as atribuições do respectivo magistrado passaram à 1a. Vara. Assim, o Dr. JUSTINO AUGUSTO DA SILVA MOURA fora colocado em disponibilidade, percebendo inicialmente 900\$00 (moeda antiga) e contando, em 1922, como Juiz, por sinal o mais velho, 27 anos, meses e dias de serventia. Os políticos não queriam que ele chegasse a Desembargadoria. Havia interesses ocultos e inconfessáveis contra promoção por merecimento e tempo de serviço.

O BLOCO REPUBLICANO PIAUIENSE tinha prestado apoio e solidariedade a RUI BARBOSA, candidato em 1919 à Presidência da República.

Para atender aos serviços de alistamento eleitoral, constituiu-se a Comissão: Drs. JUSTINO AUGUSTO DA SILVA MOURA, ANTONIO COSTA, MÁRIO JOSÉ BAPTISTA, JÚLIO ROSA e MAJOR A. CHAVES JÚNIOR.

Em 4 de julho de 1919 ele compareceu às festas do casamento do Dr. PEDRO BORGES DA SILVA, na casa da residência dos pais da noiva-senhorita MERCEDES COSTA.

Em 3 de setembro do mesmo ano, acompanhou o enterro do Des. JOÃO GABRIEL BAPTISTA.

Em setembro de 1922 firmou, com vários magistrados, documento de reivindicações junto à Câmara Estadual.

Em confirmação de velha amizade, acompanhou com entusiasmo a candidatura de NILO PEÇANHA à Presidência da República, de modo que, organizada no PIAUÍ a REAÇÃO REPUBLICANA, o Dr. JUSTINO AUGUSTO DA SILVA MOURA foi eleito Vice-Presidente do Diretório. (Estava em disponibilidade). Em 18 de fevereiro de 1924, compareceu ao ca-

samento de ADERSINA SAMPAIO com FRANCISCO MARTINS FERREIRA, na cidade de CAMPO MAIOR. Discursou, com VENANCIO VELOSO, OTÁVIO MELO e JOSÉ LOPES, durante o banquete. Deu sua presença no baile, realizado no mesmo dia, durante o qual SIGEFREDO PACHECO foi orador.

Em outubro de 1925 telegrafou ao seu parente e amigo Dr. PEDRO PAULO DA SILVA MOURA, Juiz de Direito da 2a. Vara de FORTALEZA, e que nesse mês fora nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do CEARÁ.

O Desembargador e Professor SIMPLÍCIO DE SOUSA MENDES conheceu o Dr. JUSTINO AUGUSTO e D. TERESA DE JESUS, no dia do batizado de ALUÍSIO DE MIRANDA MENDES (hoje General do Exército Nacional), em 1º de maio de 1901. O casal levava o garoto, como padrinhos, à pia batismal.

Com referência ao Dr. JUSTINO AUGUSTO DA SILVA MOURA, o Des. e Professor SIMPLÍCIO DE SOUSA MENDES deu o testemunho: "Era um magistrado correto, devotado aos deveres funcionais e às responsabilidades de julgador imparcial estudioso e bem inspirado pelo Direito e o calor do equitativo e do justo." (O DIA, 21 de junho de 1967).

O Dr. JUSTINO AUGUSTO DA SILVA MOURA faleceu em 26 de fevereiro de 1942, na capital piauiense.

Historicamente, é uma figura do passado, enriquecendo o patrimônio moral e cultural do PIAUÍ. Evoca-se o seu nome, com admiração e respeito. E foi assim que encontrei o motivo desta modesta e despreziosa homenagem.

Teresina, maio de 1968

a) *Rodrigues dos Santos*

E c o n o m i a

Desafio ao Piauiense

JOSÉ GAYOSO FREITAS

O certo é que não há um só nordeste. A geografia, a economia e a história marcaram diferenças profundas entre os Estados que compõem esta extensa região brasileira. Basta observar as diferenças chocantes entre a modesta "civilização do couro", nas terras do PIAUÍ e a opulenta economia do açúcar, na faixa pernambucana.

Ao início do século XVII a renda anual dos senhores de engenho de FERNAMBUCO andava pela altura de um milhão de libras, segundo CELSO FURTADO, que considera a produção açucareira, àquele tempo, a de maior rentabilidade do mundo. Era a articulação do nordeste da orla atlântica com o poderoso mercado da EUROPA, por meio do produto agrícola de maior interesse no sistema colonial, canalizando recursos incalculáveis. "Onde vicejava a cana-de-açúcar, efetivamente, ainda se ostentava riqueza com magnificência oriental", registrava PADRE GARDIM, em 1685.

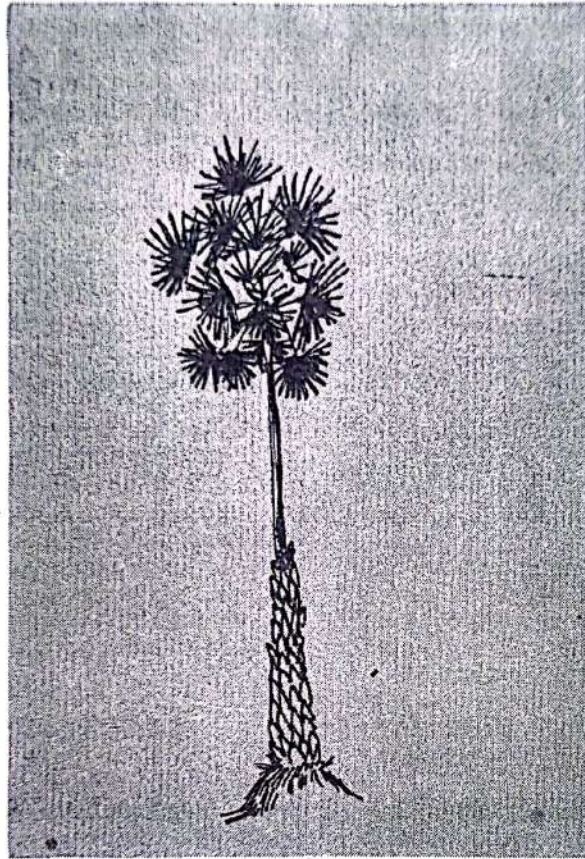
Quando isto já ocorria, na faixa pernambucana, no PIAUÍ distante apenas começava a ocupação po-

voadora com as fazendas de gado, que se espalhavam pelos campos interioranos para fornecimento de carne às populações vinculadas à economia do açúcar.

Marcava-nos o isolamento geográfico, econômico e cultural de tal maneira que, nos fins do século XVII não chegávamos a ter propriamente um povoado. O grosso do povoamento era representado por 129 fazendas de gado, em que moravam 441 pessoas, entre brancos, negros, índios, mulatos e mestiços. Ao todo 605 pessoas batizadas. É o que nos conta BARBOSA LIMA SOBRINHO, em "O DEVASSAMENTO DO PIAUÍ".

— ISOLAMENTO —

Considere-se que àquela época a própria economia açucareira já iniciava um processo de decadência nestas áreas, pelo surgimento de produção semelhante nas ANTILHAS, o que contribuía para enfraquecer, naturalmente, a pecuária piauiense, complementar do seu sistema. A insuficiência quando não inexistência de fluxo monetário exter-



CARNAUBEIRA

(*Copernicia cerifera*)

Palmeira de extraordinária importância econômica para o Piauí

no vem acompanhando a história econômica do PIAUI desde o seu início, impedindo-nos de ultrapassar aquela fase de mera subsistência, que o isolamento impôs por longo tempo.

Nem a mineração nem a agricultura deram oportunidades ao PIAUI, no passado, de promover vinculações duradouras ou volumosas com as grandes correntes de comércio do mundo, centralizadas, então na EUROPA, como aconteceu com o açúcar de PERNAMBUCO, o MINÉRIO de MINAS, e a borracha do AMAZONAS.

Enquanto nosso Estado permanecia isolado de sua própria região e das demais regiões brasileiras, bem como do poderoso mercado estrangeiro, outras áreas do País começavam a formar polos de desenvolvimento como o impressionante eixo RIO — SÃO PAULO, núcleo centralizador, por algum tempo, da influência externa.

Nem mesmo a política brasileira de fortalecimento das economias regionais, surgida na década de cinquenta com a criação do BANCO DO NORDESTE e da SUDENE, chegou a alterar substancialmente — pelo menos em curto prazo — a paisagem piauiense, tal era nossa situação de desigualdade, mesmo na moldura nordestina. Outros Estados da região, com maiores reservas e mais fácil acesso às fontes financiadoras, maior proximidade dos mercados consumidores, melhor infraestrutura de energia, transporte, comunicação e recursos humanos, puderam naturalmente, captar a maior porção dos incentivos estabelecidos naquela política. Referimos, principalmente, a PERNAMBUCO e BAHIA, para onde foi canalizada grande parte dos recursos oriundos dos tão falados artigos 34/18, que no começo beneficiaram de preferência o setor industrial.

— QUEBRA DO ISOLAMENTO —

A moldura do isolamento começa a ser quebrada, em nosso Estado, de pouco tempo a esta parte, com a crescente transferência de recursos do poder público, a extensão da rede rodoviária em amplitude estadual, regional e nacional, a melhoria do sistema de comunicações, o crescimento da rede bancária e a criação de órgãos encarregados de planejar e orientar o desenvolvimento.

Tudo isto acrescido do fornecimento de energia elétrica (BOA ESPERANÇA) e do fortalecimento do sistema estadual de ensino, que agora também se preocupa com a qualificação para o bom desempenho das tarefas relacionadas ao crescimento econômico.

Todavia, como era de ser esperado, esta grande cadeia de acontecimentos ocorridos em período relativamente curto, não obteve resposta imediata da economia privada, no PIAUI, toda ela antes condicionada a uma estrutura despreparada para a arrancada do desenvolvimento.

MUDANÇA

A identificação deste fato, bem como a mudança de mentalidades, atitudes, comportamentos e expectativas levam tempo em qualquer sociedade ou concentração humana. Poderíamos dizer que há hoje, entre nós, sadia inquietude das lideranças à procura da verdadeira identidade do Estado.

O elemento humano é bom. Já temos até exportado talentos respeitáveis, que se destacam no cenário nacional. O processamento dos nossos recursos humanos ganha ênfase, agora, com o crescimento do sistema educacional reformado, acrescido da Universidade FEDERAL.

Por outro lado, há esforço considerável no sentido de identificar as potencialidades da terra — em termos de agricultura, pecuária, mineração etc. — e as tecnologias necessárias ao seu aproveitamento. Teremos, para levar tudo isto a bom termo, de vencer atrasos impressionantes no respeito à pesquisa, mas a verdade é que a gente piauiense está tomando consciência dos desafios que tem à frente. Isto, por si só já é bastante animador, porque sem isto não haverá o "take off" para o desenvolvimento.

Naturalmente que não são abundantes ainda, nestas áreas, produtos cuja concentração de lucros possa compensar o nosso distanciamento dos mercados consumidores mais atraentes, pois ninguém produz só pelo prazer de produzir. Mas será exatamente nesta parte que terá de funcionar a criatividade local, aliada à pesquisa, boa gerência e tecnologia adequada.

Noutro passo, a crise mundial de alimentos, agudizada no ano passado, não será totalmente superada enquanto houver subnutrição e fome em diversos pontos da terra. Sempre haverá, pois, uma faixa de mercado a ser penetrada pela indústria de alimentos, como o nosso óleo vegetal e para o produto da atividade agropastoril, que continua formando o maior pedaço de nossa riqueza.

Essas circunstâncias e mais as já faladas possibilidades quanto à exploração de minérios são indicações favoráveis à economia piauiense. E outros horizontes possivelmente serão abertos sob os desafios dos novos tempos.

L i t e r a t u r a

O Estilo de Da Costa e Silva

J. Miguel de Matos

(da Faculdade Piauiense de Letras)

Disse Paul VERLAINE (Metz, 1844 — Paris, 1896) que o nome SIMBOLISMO, escola poética lançada por Jean Moréas (Ionnes Papadiamatopoulos, dito Jean), “poeta francês de origem grega” (Atenas, 1856 — Paris, 1910), constituía uma *redundância*, pois na Poesia há símbolos, que são a essência do verso, embora tenhamos de reconhecer, por coerência, que a *poesia descritiva* fuja, em parte, desse conceito, como por exemplo nesta quadra imortal de JUVENAL GALENO, que tem como mural o mar e contém, à percepção de qualquer formação cultural, tanto simbolismo:

“O mar tem, fundos arcanos,
abismos desconhecidos,
profundos como os gemidos
dos desesperos humanos”.

Definir o *estilo* do poeta Antônio Francisco DA COSTA E SILVA (Amarante, 1885 — Rio de Janeiro, 1950), representa sem dúvida um fato incommum, tal como classificá-lo de poeta simbolista na tentativa de extrair de seus versos aquilo que existe em toda poesia, pois teremos de saltar do *lógico* para o *utópico*, por juízo, absurdo e inaceito, na busca de uma explicação suscinta que corresponda à cobrança da crítica, por mais generosa e tolerante.

Diz Buffon que “o estilo é o próprio homem”, “devendo o escritor empregar a figura na espontaneidade de seu caráter literário, não fugindo ao assunto do trabalho, e sintetizar o pensamento pessoal de quem escreve”.

Qual seria, então, o *estilo* do poeta DA COSTA E SILVA, ele que não abusou da *fantasia*, nem da *criatividade*? Para ser franco, DA COSTA E SILVA não foi, genuinamente, um estilista, podendo a sua poesia, altamente influenciada por VERHAEGEN (Emile), ser confundida, como a de tantos poetas

geniais como ele, com outras formações poéticas, que, como o autor de “Verônica”, contrariamente a MARIO FAUSTINO, se preocuparam mais, com a *integridade de sentimento*, enquanto Mário se interessou mais pela “integridade da palavra”, na sua *poesia-experiência*.

Vate personalíssimo, não podemos dizer, mesmo assim, que DA COSTA E SILVA tinha o seu próprio estilo, pois o seu “temperamento singular, característico, de grande lirismo”, é facilmente achado em uma caravana de obreiros do verso.

Podemos chamá-lo de clássico, por ter escrito, “à maneira clássica: vilancetes, sonetos camoneanos”, ou de helênico, por ter escrito “Pandora”, embora genialmente?

Paisagista do verso descritivo (“Que encanto natural o seu aspecto encerra! Junto à paisagem verde a igreja branca, o bando/Das casas que se vão, pouco a pouco, apagando/ como o nevoento perfil nostálgico da serra”); mentor, emérito, do verso lírico (“Na remansosa paz da rústica fazenda,/ A luz quente do sol e à fria luz do luar,/ Vive, como a expiar uma culpa tremenda,/ O engenho de madeira a gemer e a chorar”); cultor do verso onomatopáico (“Ringe e range, rouquenha, a rígida moenda;/ É ringindo e rangendo, a cana a triturar,/ Parece que tem alma, adivinha e desvenda,/ A ruína, a dor, o mal que vai, talvez, causar...”), Antônio Francisco da COSTA E SILVA, como um homem que não tivesse religião, à maneira de um ateu, foi um poeta sem estilo pessoal, molhando o seu pincel, guiado pela mão trêmula, em todas as tintas da poesia que teve ao seu alcance, fato que, pelo menos para o autor deste singelo trabalho de crítica experimental, que reza contritivamente no *adoremus* de seus versos, mais o engrandece, pelo ecletismo do seu talento, perante o altar da Deusa Musa.



Antônio Francisco DA COSTA E SILVA

1885 — 1950

PRÍNCIPE DOS POETAS PIAUIENSES

Morte Aparente

Judith Santana

No lugar MORRO PELADO residia LUIZ GONÇALVES DE MELO. Era casado com MARIA DE LOURDES MELO, conhecida por d. MOÇA. Do casal não houve descendente. Dentre as pessoas criadas por "seu" LUIZ e d. MOÇA um sobrinho seria o herdeiro legal dos bens que ficassem.

"Seu" LUIZ era conhecido pelo grotesco apelido de LUIZ GOGÓ DE SOLA. Viveu em sua propriedade de MORRO PELADO, cuidando de lavoura e criação durante muitos anos. Depois adquiriu algumas casas na cidade, resolvendo passar seus últimos anos de vida mais tranquilo. Preferiu a Rua 24 de Janeiro em PIRIPIRI.

A respeito de "seu" LUIZ, a cidade toda conheceu o episódio seguinte:

Certo dia "seu" LUIZ teve um ataque e foi considerado morto. Sua esposa imediatamente despachou um portador para as necessárias comunicações aos parentes que residiam na cidade, bem como um recado dirigido a FRANCISCO DE PAULA MELO (conhecido por BISPO MELO), seu irmão a fim de que este se encarregasse de mandar fazer a urna mortuária, tocar sinal e preparar tudo para o enterro que seria mesmo no cemitério do MORRO PELADO, com a recomendação de que lembrasse ao Sr. BISPO MELO que a cor do caixão deveria ser azul, por vontade manifestada por "seu" LUIZ antes de expirar. O portador montou no cavaleiro de sela da fazenda, um cavalo alazão, estradeiro, bom de galope e lá vai desincumbir-se de sua missão.

BISPO MELO, recebendo o recado, foi logo tratando de providenciar tudo para o sepultamento do cunhado. O carpinteiro contratado para fabricar o caixão informa que um caixão preto custaria cem mil réis, mas na cor azul teria um acréscimo de vinte mil réis. BISPO MELO encomenda o preto e faz um bilhete explicando à irmã porque assim procedera: "O caixão na cor azul custa cento e vinte mil réis, portanto, vinte mil réis mais caro do que o preto. Ora, o LUIZ nunca se governou nem quando vivo, agora, depois de morto, vai ter vontade! Mando mesmo o caixão preto".

Na sentinela os moradores aguardavam a volta do portador. Queriam ver o caixão do patrão, que fora encomendado de acordo com a sua última vontade. D. MOÇA ordena que matem uma ovelha gorda e preparem comida para o pessoal que passasse a noite velando o cadáver. Lembrou que não devia faltar uma boa pinga e café para espertar o sono.

Alta noite chega o portador que fora a PIRIPIRI. O caixão é descido e colocado na sala ao lado do cadáver. Silêncio profundo reinava no ambiente. O povo aglomerava-se na pequena sala. De repente uma voz cavernosa reclama:

— Ó MOÇA, eu não disse que quando morresse queria ir num caixão azul? Neste preto eu não vou, não.

Era o "morto" que falava.

O povo recuou. Apenas umas três pessoas mais corajosas ficaram aguardando o resultado. Um morador vai falar com d. MOÇA e diz:

— Comadre MOÇA, o defunto meu compadre está lhe chamando.

Imaginem o susto de d. MOÇA. Entra na sala e vê o defunto marido com o braço apontando o caixão preto que não lhe agradara, olha para os presentes clamando por SÃO JOSÉ:

— Valei-me, meu SÃO JOSÉ, o LUIZ fazer uma coisa dessas! Tanta despesa! Ó falta de juízo!

Mandou que suspendessem o preparo de comidas e explicassem que não ia mais haver sentinela. "Seu" LUIZ não morrerá. Apenas tivera um ataque de catalepsia.

Um velho que ficara no alpendre da casa observando tudo disse a outro:—Compadre, eu não posso me esquecer é que nós não vamos comer da carne gorda da ovelha que mataram!

"Seu" LUIZ teve outros ataques e sempre ficava como morto. Nos últimos cinco anos de sua existência ficou sem andar. No dia de sua morte, 11 de julho de 1966, o cadáver na sala estava sendo velado por familiares e amigos. De repente um senhor levantou-se e ficou alguns instantes contemplando o semblante de "seu" LUIZ. As pessoas que cochilavam a lenda em torno da morte aparente sobressaltaram-se. Teria sido mais um ataque? "Seu" LUIZ — confirmou uma pessoa amiga — não pertencia mais a este mundo. Era com Deus.

(Extraído do livro inédito da autora denominado: "...e quem ouviu e contar em pedra mármore há de se virar").

Versejadores e Versos

Hermógenes Ferreira de Carvalho

— Filho do Dr. BONIFACIO FERREIRA DE CARVALHO e de D. MARIA GONÇALVES DE CARVALHO (em solteira MARIA JOSÉ RIBEIRO GONÇALVES) nasceu em TERESINA — PIAUÍ, a 25 de junho de 1905.

Fêz o curso secundário no tradicional LICEU PIAUIENSE, hoje Colégio Estadual ZACARIAS DE GOIS. Formou-se em medicina pela Faculdade Nacional de Medicina do RIO DE JANEIRO, em 1930.

Demonstrando pendores para a literatura, escreveu interessantes trabalhos científicos no campo profissional, publicados em revistas especializadas não só no PIAUÍ como no PARA e RIO DE JANEIRO.

Sentiu-se atraído precocemente pelas musas, na idade infantil, concebendo, nessa época, os primeiros sonetos e poemas; da família a admiração se estendeu a amigos, que, por iniciativa própria, mandaram publicar algumas dessas produções em periódicos da terra natal.

Além de médico e poeta, é oficial do Exército, tendo participado das Revoluções de 1930 e 1932 ao lado das forças legalistas, finda as quais recebeu, com honras militares, a carta patente de Oficial Médico.

Atualmente dedica-se à pecuária e à agricultura, sendo fazendeiro de recursos.

A riqueza da produção poética do confrade HERMÓGENES FERREIRA DE CARVALHO vem de ser demonstrada através do poema e do impecável soneto ora publicados. Inspirado nas riquezas naturais produtivas e nas belezas espirituais do PIAUÍ, o poema TORRÃO NATAL, escrito na adolescência, é um canto de louvor à brasilidade piauiense. No soneto FELICIDADE, o rigor da métrica, a harmonia das rimas e a naturalidade estão presentes. A criatividade emocional flui cheia de sonhos e desencantos. As palavras ora descem ora se elevam buscando na profundidade filosófica um amplo sentido da vida. FELICIDADE, em verdade, é uma quimera...

TORRÃO NATAL

- Eu nasci em Teresina,
Capital do Piauí,
Em plena quadra junina,
Nas barrancas do Poti.
- O Rio das Lavadeiras
Que batem roupa a cantar,
Graciosas, feiticeiras,
Como as sereias do mar.
- Sou filho do Piauí,
A terra do boi famoso,
Das chapadas de pequi
E dos campos de mimoso.
- É pequeno o meu Estado,
Em matéria de extensão,
Mas é grande e respeitado
No que tange à produção:
- Babaçu, carnaubeira
São palmeiras sem rivais,
Na floresta brasileira,
No mundo dos vegetais.
- A primeira produz óleo
A segunda, cera-flor,
Dois produtos que o petróleo
Não supera no valor.
- Temos ainda a mamona,
A oiticica e o tucum,
Dando azeite, em nossa zona,
Como em mais lugar nenhum.
- Nem falemos do algodão,
Plantações de cana e fumo,
Para fins de exportação
E também nosso consumo.
- Na política brilhamos,
Primamos na poesia,
Na imprensa dominamos,
Com denodo e galhardia.
- Nossa gente é operosa,
Destemida e inteligente,
Nossa terra é mui formosa
E de Deus raro presente.
- Melhor gleba, não me engano,
Jamais houve ou pode haver.
É por isso que me ufano
Do Piauí filho ser.

FELICIDADE

Na luta insana pela vida vejo,
Na estrada que percorro sem cessar,
Tanta miséria e tanta dor que almejo
Mudar de rumo ou para trás voltar.

Volver, tornar a ver, como desejo,
Num gesto frio de fazer pasmar,
Aquilo tudo me tirou o ensejo
De neste mundo a vida desfrutar.

Felicidade... quem te viu jamais?!
O pobre, o velho, o rico algum rapaz?
O recém-nado que soluça em vão?

O forte, o belo, o poderoso, enfim?
Ninguém, ninguém jamais te viu. Assim,
Somente existes na imaginação.



DR. HERMÓGENES FERREIRA DE CARVALHO

POETA E HISTORIADOR

HERMES RODRIGUES CARDOSO VIEIRA

Poeta folclorista e tupinólogo distinto. Nasceu em Valença — Piauí, a 23 de setembro de 1911.

Esteve no Pará e Amazonas, ficando prisioneiro dos silvícolas nesse último Estado, onde foi protagonista de caramuruquense novela.

Cultiva o verso matuto do qual é também repentista com brilhantismo invulgar.

Dentre as produções sertanejas e folclóricas de sua autoria destacamos os poemetos: O ÓRFÃO CABOCLO, LAMENTO DE MAE-DA-LUA, FALSA IARA, SERRA DO CARNEIRO, ZABELÊ etc.

Reside atualmente na capital do Piauí, cidade do coração e inspiradora de belos sonetos como o que segue:

TERESINA

Já foste, ó Teresina, um chapadão
Ornado de florentes cajueiros
E de loiros pau-darco altaneiros
Bailando ao roçagar da viração.

Dormitavas à sombra dos coqueiros,
Aos acordes de alada orquestração:
E zombavas da fúria do trovão
Coriscando ao rigor dos aguaceiros.

E vivias, assim, como selvagem,
Sob o manto virente da boscaçagem,
Em que as aves entoavam seus modilhos.

Mas, Saraiva, ao vigor do seu ideal
Fez de Ti, mesmo inculta, Capital,
Para glória futura de teus filhos.

Teresina, 16/08/74.

TERESINA

Teresina, Teresina,
Me deixe em paz por favor
Respeite os padecimentos
Do poeta e trovador
Teresina, Teresina,
"Teresina meu amor".

J. de Souza Libório.

FRANCISCO CÉSAR DE ARAÚJO, cearense de GRANJA, onde nasceu a 17 de maio de 1892. Estudou em ROMA na Universidade Gregoriana bacharelado e licenciado em FILOSOFIA.

Professor e poeta tem explorado com sucesso na poesia diversos gêneros.

O acróstico ora publicado reflete a sensibilidade e fino labor desse versificador distinto.

J. MARTINS VIEIRA

Júlio Martins Vieira é vero monumento!
Manejador real da prosa e mais do verso.
Alegre fico quando eu com ele converso:
Regosijo me dá e grão contentamento.

Tiro do que ele diz sumo aproveitamento.
Infere o JURIS verso e também seu reverso.
Nisto me é dado achar eu um enleio terso.
Simbolismo que ascende ao alto firmamento.

Venceu em toda linha e, o que é mais, por completo,
Injúria que surgiu: ele não merecer.
Entrada no cenário, onde está a brilhar.

Imigo sou do mal! amigo do intelecto!
Rico é de inteligência e rico de saber:
A Academia o tem qual luminar sem par.

FRANCISCO CÉSAR DE ARAÚJO
20/04/75.

Arte

... 1974, con
... de Madrid
... 1974, con
... de Madrid

... 1974, con
... de Madrid
... 1974, con
... de Madrid

... 1974, con
... de Madrid
... 1974, con
... de Madrid

... 1974, con
... de Madrid
... 1974, con
... de Madrid

... 1974, con
... de Madrid
... 1974, con
... de Madrid

... 1974, con
... de Madrid
... 1974, con
... de Madrid

Lucílio de Albuquerque

Por decreto Imperial de 4 de junho de 1874, foi designado para exercer o cargo de Juiz de Direito em Barras, no Piauí, o bacharel ALCEBIADES DE ALBUQUERQUE LIMA.

Por uma feliz coincidência, ou capricho maravilhoso do destino, sua esposa D. FILOMENA DE FIGUEREDO LIMA, a 9 de maio de 1877, deu à luz uma criança do sexo masculino, que recebeu, na pia batismal, o nome de LUCÍLIO DE ALBUQUERQUE. Assim, mais um filho ilustre o PIAUÍ ganhou.

LUCÍLIO nasceu com a arte na alma! Desde criança, demonstrou inclinação para a pintura e, embora o pai desejasse que ele lhe seguisse as pegadas, seu mundo era outro, mais colorido, mais criador.

Seus primeiros estudos foram feitos em Pernambuco, transferindo-se, mais tarde, para SÃO PAULO, onde se matriculou em curso anexo à Faculdade de Direito daquele Estado. Mas, em pouco, desistiu e matriculou-se na ESCOLA NACIONAL DE BELAS ARTES, seguindo a carreira para a qual havia sido predestinado. No ambiente certo, logo começou a se fazer notado, a princípio, como aluno livre e, depois, no curso regular da Escola.

Ao terminar o curso e, em certame ao qual concorrera com o quadro ANCHIETA recebeu como prê-

mio uma viagem à EUROPA. Com ele viajou a esposa, GEORGINA MOURA ANDRADE, também pintora de alto gabarito, com quem havia casado fazia pouco tempo.

Acredito que, por ter deixado o PIAUÍ muito criança, suas telas nada falam das nossas paisagens, das belezas de nossos campos, lendas, flores e rios tão decantados nas rimas maravilhosas dos nossos poetas. No entanto, apesar de LUCÍLIO não mais ter voltado à sua terra, amava o PIAUÍ e dizia sentir orgulho de aqui ter nascido. A prova disso é que, certa feita, MONSENHOR ADOLFO UCHOA, pároco de BARRAS, escreveu a LUCÍLIO para que ofertasse ao povo de sua terra berço, uma de suas preciosas telas. A resposta não se fez esperar e, com verdadeiro carinho, reproduziu, num bellissimo quadro, a imagem de NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, padroeira da cidade, enviando-a ao PE. UCHOA. Tal peça era olhada com veneração e agradecimento pelos barrenses. Digo "era olhada", porque, com a saída de MONSENHOR UCHOA para a cidade de FLORIANO, o pároco que o substituiu, segundo fui informada, ao reformar a Igreja, desprezou a valiosa tela de LUCÍLIO, que, atirada ao val e vem da sorte, logo se danificou.



LUCÍLIO DE ALBUQUERQUE

1877 — 1939

Um dos maiores pintores acadêmicos do Brasil, nascido no Piauí. Foi também sensível às influências impressionistas

LUCÍLIO DE ALBUQUERQUE — Pintor — Trazido do Piauí — Escola de Barbacena de Albuquerque.



**LUCÍLIO DE ALBUQUERQUE — Flamboyant — Tela a óleo de 73 X 51 CMS-
Galeria do Museu Histórico do Piauí — Doação de Georgina de Albuquerque.**

LUCÍLIO viveu para pintar! Em cada figura humana que desenhava, ou nas paisagens que o enfeitavam, colocava todo o sentimento que nele existia.

Imbuído da certeza de que deveria reproduzir o que lhe estava impregnado na alma, afastou-se do neoclassicismo, adotado à época, para mostrar, em seus quadros, o impressionismo que o fascinava!

A sensibilidade que possuía, o encantamento pela luz, colorido do céu, do mar e da própria figura humana, transformaram-no em ídolo do pincel. Sem alardes, lutou e venceu. Conquistou todos os prêmios a que um artista pode aspirar. Teve a satisfação de ver passar, por suas mãos, as grandes figuras das últimas gerações.

Leal em tudo, procurou, no roteiro da vida artística, andar sempre pela estrada real, não se aventurando nos atalhos. Deixou, na sua passagem pela terra, um raio de luz tão intenso que jamais se apagará da memória de quem lhe contemplar as obras.

Ótimo pai de família, bom amigo e da esposa um eterno enamorado!

Com o quadro RETRATO DE GEORGINA obteve, na exposição que fez em Recife, a Grande Medalha de Honra (ouro) no Salão, em 1920. Parece que, ao retratar a esposa, mais se esmerou, pois colocava também ali o coração.

Assim foi LUCÍLIO DE ALBUQUERQUE, um incansável batalhador! E só uma alma simples como a que possuía, poderia mostrar, na singeleza de suas telas, tanta beleza.

LUCÍLIO faleceu a 19 de abril de 1939, mas, suas telas, continuarão a lhe imortalizar o nome pelos séculos dos séculos.

LILIZINHA CARVALHO
DIRETORA DO MUSEU HISTÓRICO DO PIAUÍ

Nota: Dona GEORGINA DE ALBUQUERQUE, por ocasião do centenário de Teresina, veio, pessoalmente, ofertar como lembrança do esposo, o genial piauiense LUCÍLIO DE ALBUQUERQUE, para o MUSEU HISTÓRICO DO PIAUÍ uma coleção de seus quadros. Infelizmente, ao assumir a diretoria do MUSEU não encontrei qualquer notificação sobre esse relevante acontecimento.

A Arte Universal de Lourdes Guanabara

A identidade da vida com a representação pictórica da arte insita de **LOURDES GUANABARA** atinge um nível de perfeita coerência plástica de auto-expressão criadora no tratamento dos temas nordestinos: hábitos, costumes, lendas e tradições piauienses.

A técnica escolhida por essa mensageira da realidade popular; o pontilhado e o meio-pontilhado no uso exclusivo da espátula, constitui uma característica revivencial do kitsch primitivo na exaltação das cores puras sem aquela afetação peculiar dos ingênuos.

O tratamento da luz e perspectiva, a forma, na simplicidade das composições, refletem as atávicas solicitações do inconsciente numa extroversão de seu instinto criador.

Na realidade, o mundo infantil, as recordações da adolescência estão materializadas na linguagem artística de **LOURDES GUANABARA**. Uma paisagem telúrica é nostálgica? Jamais! Sua arte é espiritualmente jovial e festiva.

Na temática favorita, os costumes sertanejos tão bem fixados por **LOURDES GUANABARA**, as figuras movimentam-se na beleza regional e intimista de cada cena. Uma obra figurativa, de tranquilidade habitual e enternecedora fidelidade campesina.

O desenvolvimento da arte de **LOURDES GUA-**

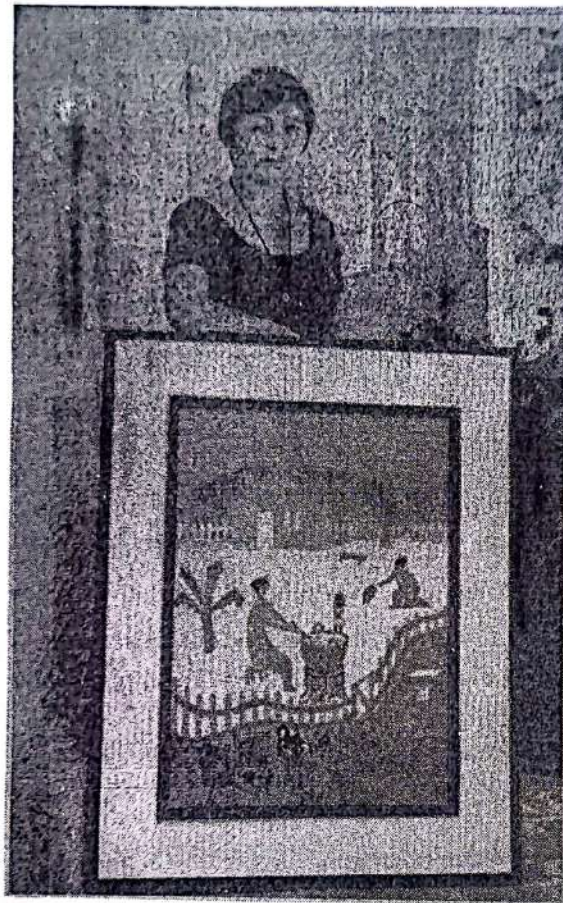
NABARA no momento tem significação especial, pois se acha voltada para a misteriosa grandeza dos mitos piauienses. A experiência transmutadora descerra amplos horizontes do talento versátil da artista. A espontaneidade original perdura nesse esforço instintivo de criatividade; as cores dramáticas, entretanto, se impõem brotando figuras fantásticas, horrendas. É o advento de uma nova **LOURDES GUANABARA**.

E de **ALTO LONGÁ**, cidadezinha esquecida nos confins do meio-norte do PIAUÍ, nasceu **MARIA DE LOURDES GUANABARA**, filha de modestos lavradores oriundos de tradicional clã, os **COSTA ARAÚJO**. Foi um alvorecer radiante. O pequeno foco de luz cresceu de intensidade e um dia partiu vagueando na magnitude do infinito como uma estrela candente. Ultrapassou as fronteiras continentais; esteve na **EUROPA**, na **AMÉRICA DO NORTE** e regressou à pátria.

Não se trata de nenhum gênio artístico, mas a obra de **LOURDES GUANABARA**, cheia de ternura, pureza e simplicidade campesina, ocupara por certo um espaço glorioso na história da pintura universal pela amplitude e força evocativa de sua mensagem artística.

ALTO LONGÁ — PIAUÍ, outubro de 1975

Josias Clarence CARNEIRO DA SILVA



LOURDES GUANABARA

(Maria de Lourdes da Costa Araújo Guanabara)

*Uma das mais talentosas pintoras primitivas
brasileiras da atualidade, de renome interna-
cional, nascida em ALTO LONGÁ - PIAUI*

Miscelânea

Referências ao Instituto e suas publicações

Do Dr. L. M. Ribeiro Gonçalves

Engenheiro, Historiador, Membro da Academia Piauiense de Letras etc.

Rio de Janeiro — R. J.

“Rio, 25 de abril de 1975.

Prezado Prof. Josias Carneiro:

Do caro amigo Bugyja, recebi o exemplar do nº 4 da Revista do Instituto Histórico do Piauí. Agradeço-lhe a bondade da remessa e as suas amáveis palavras.

Li, com interesse e a maior satisfação, a matéria publicada. E não tenho senão aplausos para esse conjunto brilhante de vontade e inteligências em que se integra o distinto amigo, dedicado à louvável tarefa de rever a história de nossa terra, preenchendo omissões, retificando juízos controversos, desfazendo equívocos.

Pereira da Costa reuniu e ordenou dados e indicações, do Devassamento à República. Pereira de Alencastre gravou a crônica da Província em parte do período imperial, não conseguindo, contudo, desligar-se de testemunhas coetâneos perturbados pelas paixões políticas. Abdias Neves reviveu episódios de grande relevo. Outros, numerosos, apreciaram circunstâncias, comentaram fatos e anunciaram conclusões, à luz, não raro, do que se considerava revelado com acerto.

Contudo, ficara-se, por vezes, na propagação ou na simples repetição das cousas ditas, sem examina-lhes os fundamentos. O erro inicial nem sempre era defeito. Ressurgia, ao contrário, renitente, com força de verdade.

Alguns aspectos da nossa história foram, assim, deturpados, com atos e procedimentos humanos inteiramente desfigurados.

Odilon Nunes, com pertinácia beneditina, fez-se pioneiro das pesquisas fundamentais que têm servido para restabelecer o passado na configuração e nos pormenores que realmente o definem. E com ele uma plêiade admirável de que partilham, entre outros, o prezado amigo, o saudoso Celso Pinheiro Filho, o Pe. Chaves e, mais recentemente, Arimathéa Tito Filho e Wilson Brandão.

Assiste-se, como consequência desse interessado empenho e desse meritório esforço, a uma profunda revisão ou a verdadeira renovação no apreciar e julgar os acontecimentos e as personalidades que os viveram. Desfazem-se as brumas espessas determinantes da refração deformadora e tudo se aclara à incidência da luz direta, irradiada da comprovação documental.

Já é possível conhecer nos seus legítimos traços algumas eminentes figuras do passado, antes, e por muito tempo, mal compreendidas e injustamente julgadas, como, entre outros, a do Visconde da Parnaíba, que ressurgiu, enfim, na auréola da sua grandeza, não apenas como *homem de seu tempo* — qualidades e defeitos peculiares à época e ao meio — mas como *homem do tempo*, na Província projetando-se, pela autoridade, pela decisão, pela clarividência e pela firmeza, muito *além de seu tempo*.

Só tenho, pois, louvores para o seu trabalho e de seus companheiros no Instituto e nas letras históricas.

Muito cordialmente,

L. M. Ribeiro Gonçalves”

Do dr. CARLOS EUGÊNIO PORTO

Da Academia Piauiense de Letras, historiador, sociólogo, etc.

Rio de Janeiro — R. J.

“Rio, 03 de junho de 1975

Recebi, como maior agrado, o exemplar da bem feita Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí, que o Sr. teve a gentileza de me enviar. Durante a minha longa e inesquecível permanência no Piauí, não tive, infelizmente, uma oportunidade de conhecer melhor o Instituto, embora soubesse da sua projeção cultural e científica em todo o Estado. Estou certo que agora, sob a sua esforçada e competente direção, o Instituto se projetará com redobrado vigor, acompanhando o salto desenvolvimentista que colocou o Piauí entre os Estados que mais afirmaram no contexto brasileiro.

Com a maior atenção, li o artigo assinado pelo padre Valmária, apresentando documento inédito sobre o Visconde da Parnaíba, uma figura histórica da maior importância na formação do Piauí. Caso fosse possível, muito agradeceria se o Sr. me enviasse toda a literatura a seu alcance sobre a vida e a obra do Visconde.

Tenho um velho plano de escrever ou tentar escrever uma monografia ou coisa parecida sobre esse extraordinário Manoel de Sousa Martins, mas não consegui, por mais que procurasse aqui, subsídios que me ajudassem.

Pelo que puder fazer, antecipadamente, agradeço, o patrocínio seu admirador.

Carlos Eugênio Porto”

DOM PEDRO DE ORLEANS E BRAGANÇA E O INSTITUTO HISTÓRICO

Por ocasião da recepção de que foi alvo o Príncipe DOM PEDRO DE ORLEANS E BRAGANÇA, herdeiro da Coroa do Brasil, Sua Alteza Imperial ao deixar a sede da nossa entidade escreveu, no LIVRO DE OURO da instituição, o seguinte agradecimento:

Aos meus consócios do Instituto Histórico e Geográfico, agradeço a amável acolhida, pedindo-lhes para continuarem a cultivar o nosso passado, para maior glória do futuro de nossa Pátria.

Dom Pedro de Orleans e Bragança

Teresina, 13 de março de 1975.

ALA FEMININA DA CASA JUVENAL GALENO

As gentis escritoras e ilustres representantes da ALA FEMININA DA CASA JUVENAL GALENO estiveram em visita de cordialidade à sede provisória do Instituto, no dia 15 de julho próximo passado, oportunidade em que consignaram no LIVRO DE OURO para honra da Instituição a seguinte mensagem:

"Ao visitar o Instituto Histórico e Geográfico, sentimos a grandeza da história desse povo, admirável na formação e no trato merecedor assim do nosso respeito e admiração.

Teresina, 15 de julho de 1975.

Cândida Galeno
Maria de Lourdes de Araújo
Risette Cabral Fernandes
Olga Monte Barroso
Maria de Xerez Monte
Carmelita Setúbal".

DO EX-GOVERNADOR DO CEARÁ E ATUAL DEPUTADO FEDERAL PARSIFAL BARROSO

O ex-governador do Ceará, o atual Deputado Federal Dr. PARSIFAL BARROSO, esposo da escritora Olga Monte Barroso, e acompanhante do grupo de damas intelectuais cearenses, deixou a impressão abaixo, muito lisonjeira para o I.H.G.P.:

"Como membro do Instituto Histórico do Ceará e Deputado Federal, e ainda em função do meu título de professor da Universidade Federal do Ceará, subscrevo e ratifico a saudação que na página anterior foi expressa, à justa, pela turma da Ala Feminina da Casa de Juvenal Galeno, que me trouxe ao Piauí, mais uma vez, com renovada alegria. 15-07-75.

Parsifal Barroso".

CURIOSIDADES

Pesquisa e elaboração de JOSÉ CARNEIRO NETO coadjuvado
por JOSIAS CARNEIRO DA SILVA

CASTELO DE GUIMARÃES

A construção do castelo data do século X, portanto, anterior a fundação de Portugal.

Dona MUMA, ou MUMADONA, condessa galega, tia do rei RAMIRO II, de LEÃO, e casada com o Conde de Tui e PORTO Dom HERMENEGILDO GONÇALVES MENDES, foi quem mandou edificar o mosteiro e posteriormente o castelo de GUIMARÃES.

Fidalga piedosa, riquíssima em terras e dinheiro, ao enviuar Dona MUMA concebeu a idéia de construir um convento para religiosos onde pudessem findar seus dias em paz e no silêncio das orações.

Escolheu MUMADONA, a região denominada VIMARÃES que pertencera a seu falecido esposo, mas coubera por inventário a sua filha D. URRACA. A mãe negociou com a filha a troca do sítio por outro e de posse da região, a condessa iniciou a construção do mosteiro.

Confiou-se à guarda do refo aos frades e freiras beneditinos. Dona MUMADONA dotou a casa dos religiosos de importantes rendimentos. Por aquele tempo, nas províncias do MINHO e DOURO não mais existiam os sarracenos, mas as periódicas incursões de infiéis vindos da ESPANHA causavam pânico aos habitantes da região. Foi para tranquilizar os moradores daquela casa de contemplações e a povoação vizinha, que Dona MUMA mandou edificar próximo ao convento, o Castelo de GUIMARÃES.

O castelo-fortaleza tem 7 torres quadrangulares todas estreitamente unidas entre si e coroadas por terraços. Belo exemplar da arquitetura dos séculos X e XI, com cantaria sextavada e janelas de padieira diretas.

A torre de menagem, com seus três singelos pavimentos, domina, imponente, o belo conjunto de pedra engastada em um dos mais encantadores panoramas do solo português.

Ao lado do castelo ergue-se a igreja de SÃO MIGUEL, onde o 1º rei de PORTUGAL, D. AFONSO HENRIQUES, foi batizado.

GUIMARÃES foi a primeira residência real portuguesa. Aí viveram o Conde HENRIQUE DE BORGONHA e sua esposa D. TERESA AFONSO. Nessa histórica moradia nasceu em 1109, DOM AFONSO HENRIQUES, o fundador da Monarquia portuguesa.

1º PALÁCIO PRESIDENCIAL DE TERESINA

Enquanto muito se sabe sobre a existência do primeiro Paço Real português, edificado há mais de mil anos e ainda hoje admirado na perfeição de suas linhas arquitetônicas, como monumento nacional de extraordinária grandeza, o mesmo não acontece com a primeira residência presidencial teresinense, cuja existência e localização tem motivado sérias controvérsias.

Perduram dúvidas entre os historiadores e estudiosos do assunto e as interrogações formuladas a respeito carecem de apoio documental convincente e não das dúbias formulações que se têm defendido até o momento.

Na cidade recém fundada de Teresina indaga-se, quase sempre, "onde residiram o Cons. Saraiva, dr. Simplicio de Sousa Mendes, Paiva Teixeira ou Antônio Francisco Pereira de Carvalho?"

Pereira da Costa, na sua célebre CRONOLOGIA HISTÓRICA DO PIAUÍ, à página 458 — 2a. edição, registra: "O palácio do Governo tem acomodações suficientes para uma grande família, e lhe falta apenas mobília, porque a existente é emprestada pelo comandante superior Jacob Manuel e Almendra, que ofereceu por dois anos gratuitamente o mesmo palácio".

A nota nº 3, escrita por A. Tito Filho na citada obra esclareceu o seguinte: "O palácio do governo foi construído no lugar onde hoje é a Delegacia Fiscal. Era um sobrado de um andar. Aí residiram os presidentes do Piauí até que passaram ao sobrado em que hoje funciona o Poder Judiciário, comprado por dezenove contos à proprietária Lina Almendra".

Desconhecemos o documento em que A. Tito Filho se baseou para assegurar de modo tão categórico, essa afirmativa. Tudo, entretanto, nos faz crer que os primeiros Presidentes da Província do Piauí não residiram em sobrado, como alude o mestre A. Tito Filho.

Na cópia do testamento do comandante Jacob Manuel d'Almendra, datado de 1859 e atualmente em poder do bisneto, o general Jacob Manuel Gayoso e Almendra, recentemente desaparecido e que nos foi gentilmente cedido para consulta pelo dr. Edson Gayoso Castelo Branco Barbosa, à página 30 lê-se o seguinte:

"Dívida ativa — Declarou a inventariante dever a seu casal a Administração de Fazenda da Província, de aluguéis vencidos e não pagos da casa que foi alugada para Assembléa e Liceu, e que serve de Palácio, a quantia de 6 contos e quarenta mil réis".

Observamos que D. Lina Clara Castelo Branco d'Almendra, viúva inventariante, faz referência a casa e não sobrado.

Lê-se ainda à página 60 da referida relação de bens: "Dá-se-lhe a casa da Praça da Constituição, da cidade de Teresina, que serve de Palácio no valor de 2.500\$000 para do dr. Antônio Sampaio Almendra". Seria costume da época denominar-se casa quando se referia a sobrado? Será que não mais existia o sobrado a que se refere A. Tito Filho, em suas anotações, em 1859?

A questão continua a desafiar a argúcia e a curiosidade dos pesquisadores piauienses...

HINO DO PIAUÍ & CRÍTICA

O calendário assinalava o ano de 1921. Residia àquela época em SÃO LUÍS DO MARANHÃO, exercendo as elevadas funções de Delegado Fiscal do Tesouro Nacional, o poeta Antônio Francisco DA COSTA E SILVA.

O inspirado e brilhante versejador amarantino resolvera, aproveitando período de férias, rever TERESINA para matar saudades de amigos e famílias. Naquela oportunidade trataria de assunto concernente à sua posse a cadeira nº 21 da ACADEMIA DE LETRAS, que tinha por patrono LEOPOLDO DA-

MASCENO FERREIRA e para a qual fora recentemente eleito.

Aqui chegando foi o poeta contagiado pelo entusiasmo que se apossara dos teresinenses sem distinção de classes sociais, na elaboração de extensa e notável programação a ser cumprida no ensejo do 1º Centenário da Independência do Brasil, isto é, em 1822.

DA COSTA E SILVA foi procurado pelo Governador do Estado, de então, Dr. JOAO LUIS FERREIRA, que lhe solicitou a concepção do poema para o HINO DO PIAUÍ, o qual seria oficialmente lançado por ocasião das festividades centenárias.

Testemunhas oculares e historiadores afirmam ter o vate redigido o hinário em uma das mesas do tradicional Clube dos Diários (recém inaugurado) em noite festiva, servindo-se de uma momentânea inspiração poética.

Composto o hino, confiaram a adaptação musical do texto à compositora FIRMINA SOBREIRA Cardoso, que em igual circunstância musicou o poema.

A patriótica composição foi executada em audição especial, finda a qual, dizem, DA COSTA E SILVA decepcionado com a música chegara a comentar discretamente para amigos seu desapontamento ao declarar: "Por que não confiaram o meu poema a um compositor de talento?"

O tempo, esse juiz implacável do qual ninguém se liberta, quantas vezes tem destruído ou reabilitado pessoas, fatos, que pelas circunstâncias são vistos ou interpretados de maneira parcial ou tendenciosa? No tribunal da história, os anos têm sido indulgentes para com FIRMINA SOBREIRA o mesmo não acontecendo com o beletrista amarantino. Discutiu-e e ainda hoje critica-se a concepção deste verso do nosso hinário: "As águas do Parnaíba, rio abaixo rio a riba", fácil na rima, estilisticamente aquém do talento brilhante daquele burilador de versos.

Estórias que os antigos nos contaram...

DOM PEDRO II E O DR. ELISEU MARTINS

O Imperador PEDRO II, escrevendo do RIO DE JANEIRO à CONDESSA DE BARRAL, na FRANÇA, em 12 de outubro de 1880, noticiava: "Conferência sobre a instrução primária d'um DR. ELISEU MARTINS que já foi presidente de província, Maçante, e calor horrível. Depois assisti à inauguração de uma fábrica de gelo em SANTA LUZIA".

O maçante conferencista no opinar do Imperador fora, entretanto, um dos mais eminentes homens públicos do PIAUÍ, de onde era natural.

Sobrinho-neto pelo lado paterno do VISCONDE DA PARNAÍBA, o DR. ELIZEU DE SOUSA MARTINS era filho do Comendador JOSÉ MARTINS DE SOUSA, combatente na Guerra de FIDÍE, e de D. RITA MARIA DA CONCEIÇÃO E SOUSA.

Nasceu o DR. ELISEU MARTINS na fazenda TRANQUEIRA, no município de JERUMENHA. Formou-se em ciências jurídicas e sociais pela tradicional faculdade de Direito de RECIFE em 1866, doutorando-se anos depois, em borla e capelos.

Exerceu com dignidade em sua terra natal os seguintes cargos: promotor público de AMARANTE, Secretário do Governo e Senador Federal pelo PIAUÍ, na República — 1890 — 1893.

Foi o 38º Presidente da Província do RIO GRANDE DO NORTE, de 08 de março de 1878 a 04 de outubro do mesmo ano.

Administrou a Província de ESPÍRITO SANTO de 07 de março de 1879 a 06 de agosto de 1880, sendo o 43º Presidente daquela unidade imperial.

Era casado com D. ADELAIDE DE BARROS BARRETO MARTINS, sobrinha do Ministro SEBASTIAO DO RÊGO BARROS (último Ministério Imperial).

Faleceu no RIO DE JANEIRO no dia 23 de agosto de 1894.

RESIDENCIA OU LOCAL DO FALECIMENTO DE PIAUIENSES ILUSTRES, EM TERESINA

As frequentes mudanças residenciais dessas personalidades determinaram de modo relativo, o critério das indicações históricas domiciliares, por nós adotado.

Sem o apolo ou suporte documental as referências vivenciais desses ilustres desaparecidos, em TERESINA, foram fixadas, tomando-se por base os períodos mais significativos da vida de cada marcante individualidade piauiense.

PRESIDENTE HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO

Quando estudante do tradicional LICEU PIAUIENSE, atual Colégio Estadual ZACARIAS DE GÓIS, viveu numa casa da antiga Rua do Fio, hoje Coelho Rodrigues, onde funcionou posteriormente o fatídico jornal O PIAUÍ.

Demolida a casa, o local presentemente vazio serve de estacionamento para veículos, contíguo ao edifício do Palácio dos Móveis.

MINISTRO JOSÉ FÉLIX ALVES PACHECO

Dividiu a infância decorrida em TERESINA entre o magnífico pomar do Palácio de KARNAK e o sobradão de azulejos amarelos do tio, o senador TEODORO PACHECO, localizado na mesma rua do palácio, antiga BELA, hoje rua SENADOR TEODORO PACHECO.

No sobradão atualmente demolido, funcionou por largo espaço de tempo a Associação Comercial Piauiense. Fazia esquina com a rua Rui Barbosa.

SENADOR ABDIAS DA COSTA NEVES

Erguia-se a sua residência na antiga rua do Fio, hoje Coelho Rodrigues, fazendo esquina com a 13 de Maio.

A casa antiga e mal estruturada cedeu lugar para o moderno Cine Royal. Aí faleceu uma das mais brilhantes inteligências que o PIAUÍ jamais produziu, e distinto político, em 1928.

GOVERNADOR EURIPIDES CLEMENTINO DE AGUIAR

Em Teresina, EURÍPIDES AGUIAR passou quase toda a mocidade na chácara de seu pai situada à Avenida Frei Serafim onde atualmente reside o ex-governador PEDRO DE ALMENDRA FREITAS.

Acrescentou-se apenas à estrutura da antiga mansão o convidativo terraço que hoje se vê. A chácara, entretanto, abrangia a quadra inteira e embo-

ra não ostentasse placa indicativa era às vezes chamada pelo nome de ARAPONGA. A denominação todavia, não "pegou".

A frente do solar existia um imenso tanque através do qual por um oculto sistema hidráulico de irrigação o pomar era abastecido de água.

Como governador, o DR. EURÍPIDES instalou residência no antigo Palácio do Governo à Praça Mal. Deodoro, onde presentemente funciona o TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

Ao deixar a chefia do executivo piauiense e já casado recebeu DR. EURÍPIDES CLEMENTINO DE AGUIAR por parte de amigos e correligionários a doação de um terreno à Avenida Antonino Freire, no qual mandou edificar sua residência e onde atualmente convivem a viúva, D. GRACI e o filho DR. MILTON DE AGUIAR, nosso distinto confrade.

GOVERNADOR ANTONINO FREIRE DA SILVA

Primeiramente residiu na casa onde hoje tem domicílio o DR. DIONÍSIO LAPA, à rua Senador Teodoro Pacheco, antiga rua Bela.

Mudou-se depois para o casarão da Praça URUGUAIANA, atual RIO BRANCO, esquina com a saudosa RUA DO AMPARO, hoje AREOLINO DE ABRÉU. Essa grandiosa casa abrigou na esquina anos depois, o Armazém CADDAH e ao lado o famoso cinema Olímpia. Hoje nessa subdividida moradia encontram-se: na esquina o Armazém CADDAH, no local do Olímpia a Agência XPTO — Lo-terias numa única porta e os estabelecimentos comerciais BIG-LAR.

Grande parte da existência do DR. ANTONINO FREIRE DA SILVA decorreu no casarão de esquina à Avenida ANTONINO FREIRE, antiga Frei Serafim com a rua MIGUEL COUTO, ex-SETE DE SETEMBRO. No local hoje acha-se instalado um posto artesanal da Secretaria do Trabalho e Promoção Social.

Aí faleceu o ilustre homem público de nossa terra em 1934.

SENADOR JOAQUIM RIBEIRO GONÇALVES

Quando esporadicamente vinha a TERESINA, o senador JOAQUIM RIBEIRO hospedava-se na residência do DR. BONIFÁCIO FERREIRA DE CARVALHO, casado com sua sobrinha, MARIA RIBEIRO GONÇALVES DE CARVALHO.

A frente da casa dava para a Praça da Constituição, atual Mal. Deodoro e a comprida parte lateral para a rua Rui Barbosa.

Essa habitação foi adquirida pelos estabelecimentos comerciais de James Frederico Clark, que aí instalou sua filial teresinense. Tempo depois, a citada firma demoliu o casarão e construiu no local o moderno edifício da CASA INGLESA.

Extinta essa firma tradicional do nordeste (CASA INGLESA), o imóvel foi adquirido pelo BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A., agência central no Piauí, que aí mantém sua sede.

BARÃO DE URUÇUI (Cel. João da Cruz Santos)

Figura de relevo do 2º Império e 1ª República, tinha o BARÃO DE URUÇUI hospitaleira residência à antiga rua Bela, hoje Senador Teodoro Pacheco. Nessa habitação hoje inteiramente modificada funciona a CASA ANDRADE.

BARÃO DE GURGUÊIA (Cel. João do Rêgo Monteiro)

Possuía inúmeras residências em TERESINA e CEL. JOÃO DO REGO MONTEIRO. Habitou por dilatados anos em uma casa localizada à rua Paissandu. Depois de elevado a barão mandou construir no Largo do Saraiva, atual praça do mesmo nome, um palacete fazendo esquina para a rua São Pedro.

A mansão, com pequenos terraços, janelões e ampla escadaria, foi adquirida pela diocese no início do século, e ampliada. Aí se instalou provisoriamente o Paço Episcopal e o 1º Seminário Menor do Estado do Piauí.

Transferido o seminário para as margens do rio Poti, o prédio foi alugado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, que ali funcionou durante longo período.

Presentemente no edifício acha-se instalado o Colégio Pedro II.

O Barão empobrecido faleceu na vizinha cidade de União.

CORONEL MANUEL RAIMUNDO DA PAZ

(Intendente de Teresina, Vice-Governador do Estado, construtor do Theatro 4 de Setembro etc.)

Mandou edificar uma casa solarenga na rua Paissandu esquina com a Rui Barbosa, hoje pertencente à família do comerciante JOÃO ELIAS TAJARA.

A residência do coronel MUNDICO DA PAZ foi palco das mais interessantes tertúlias e animados bailes realizados em nossa Capital.

A essas brilhantes e memoráveis reuniões litero-musicais comparecia a elite intelectual e social da terra.

Ficaram famosos os presépios de DONA QUEQUE, esposa do coronel, de cuja encenação natalina atraía ao local o que a cidade possuía de mais seleto. Nos salões dessa histórica residência discursaram com brilho invulgar, — ABDIAS NEVES, CELSO PINHEIRO e HIGINO CUNHA. Entre os acordes mudos do piano recitaram maravilhosas poesias BAURÉLIO MANGABEIRA, LUCIDIO FREITAS, ANTÔNIO CHAVES e outros.

O coronel MANUEL RAIMUNDO DA PAZ possuía também o famoso SÍTIO DA PAZ localizado à rua Rui Barbosa, no trecho tradicionalmente conhecido por ESTRADA NOVA, onde se refugiava da intensa atividade política e social. A chácara era das mais bonitas e extensas da cidade, abrangendo nada menos de quatro quarteirões com maravilhoso pomar e original muro de pedra.

MONSENHOR RAIMUNDO GIL DA SILVA BRITO

O primeiro piauiense convidado a ocupar a mitra episcopal e a não aceitar a dignidade.

Poliglota e notável orador sacro. Residia inicialmente na chácara onde hoje se encontra o tradicional Colégio Diocesano SÃO FRANCISCO DE SALES, cujo terreno foi por ele doado para ali ser instalado um educandário.

Ao final da existência viveu em outra chácara que possuía ao lado do Sítio da PAZ na antiga ESTRADA NOVA, descambando para a ladeira ainda hoje conhecida por BAIXA DO CHICÃO. Nesse casarão vestiu cerrou os olhos para a eternidade, esse distinto piauiense em 1919. Seu sepultamento ve-

rificou-se na então vila de NATAL, cidade que hoje tem seu honrado nome.

CONTINUA NO PRÓXIMO NÚMERO.

GOVERNO CASTELO BRANCO VISTO POR UM PIAUIENSE

Numerosos foram os piauienses que gozaram da amizade e do apreço do falecido Presidente HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO. Raros mereceram por parte do ex-Chefe da Nação Brasileira maior prova de confiança e estima que o Gal. JOÃO HENRIQUE GAYOSO E ALMENDRA.

Ao receber piauienses ilustres no Palácio do Planalto o Marechal Presidente costumava referir-se a JOÃO HENRIQUE de modo a demonstrar a sincera amizade e admiração que nutria pelo militar conterrâneo.

Desejando distinguir JOÃO HENRIQUE na sua administração, CASTELO BRANCO em certa ocasião conversando com o Senador SIGEFREDO PACHECO voltou ao assunto que já o impacientava. O Senador, não querendo perder a oportunidade, respeitosamente sugere ao Presidente da República a direção do BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A., para JOÃO HENRIQUE. Castelo aprova com entusiasmo a idéia e manda preparar a nomeação do amigo.

Indiferente às tentações das altas investiduras e honorarias, GAYOSO E ALMENDRA, surpreendido com a generosidade do 1º mandatário do País, refletiu e com polidez e desvanecimento declina a distinção.

CASTELO BRANCO insiste,—JOÃO HENRIQUE resiste e na firmeza da decisão, o general entre justificativas e alegações oferece ao Presidente e amigo uma saída honrosa: contentar-se-ia com o modesto lugar de diretor da CAIXA ECONÔMICA, no PIAUÍ. Assim foi feito.

O presidente CASTELO BRANCO empreendeu notável atividade administrativa particularmente no setor da economia piauiense, quer motivado por questões das origens familiares, quer por afeição especial à terra hospitaleira de sua infância. E dos dois milhões e poucos habitantes que aqui vivem quantos lembraram ou recordam hoje o brilhante estadista brasileiro que Castelo foi?

Do nosso conhecimento duas exceções: o general JOÃO HENRIQUE GAYOSO e ALMENDRA, evocativo e grato, e o ex-interventor LEÔNIDAS DE CASTRO MELLO, cujo juízo de valor pela grandeza e precisão dos conceitos emitidos e aqui transcritos, equivale por um reconhecimento póstumo de todo o PIAUÍ ao ilustre e pranteado desaparecido.

“GAYOSO:

A obra, preciosa no mais amplo sentido, é metuculoso repositório de documentos e narração de fatos que enriquecem e honram a História do Brasil contemporâneo. Sua leitura conduz a uma conclusão: dos grandes Soldados da Pátria Humberto Castelo Branco foi o *primus inter pares*.

Caxias foi o pacificador e mantenedor da Unidade Nacional; Deodoro proclama a República; Floriano a consolidou; Dutra foi o grande esteio de sustentação do Estado Novo (ao tempo necessário) e na Presidência o fiel e atento seguidor da Constituição. Mas Humberto Castelo Branco liderou a mais necessária, a mais oportuna e a mais eficiente das Revoluções havidas até hoje. E, muito mais, na Presidência revelou-se grande estadista solidamente preparado para isso. Concorro plenamente com o autor; Castelo Branco mudou a fisionomia do país e foi, certamente, o maior Presidente que a Nação já conheceu.

Em 08/01/75

Leônidas de Castro Mello.”

Noticiário

Visitante Ilustre:

Deixei Pedro de Castro e Augusto

deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto

deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto

deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto

deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto

deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto

deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto

deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto

deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto
deixei Pedro de Castro e Augusto

Visitante Ilustre:

Dom Pedro de Orleans e Bragança

Atendendo ao convite do nosso Presidente, de quem é particular amigo, foi recebido em sessão solene do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PIAUÍ, Sua Alteza Imperial, o Príncipe DOM PEDRO DE ORLEANS E BRAGANÇA, ilustre representante da Casa Imperial Brasileira.

A solenidade teve lugar na manhã de 13 de março próximo passado, no auditório da CASA ANÍSIO BRITO, onde funciona provisoriamente a sede da entidade.

Na ocasião fizeram uso da palavra: o professor Josias Carneiro da Silva que, em rápida alocução, disse da honrosa satisfação dos presentes em receber naquele augusto recinto a distinta personalidade do bisneto do Imperador DOM PEDRO II e de DONA TERESA CRISTINA.

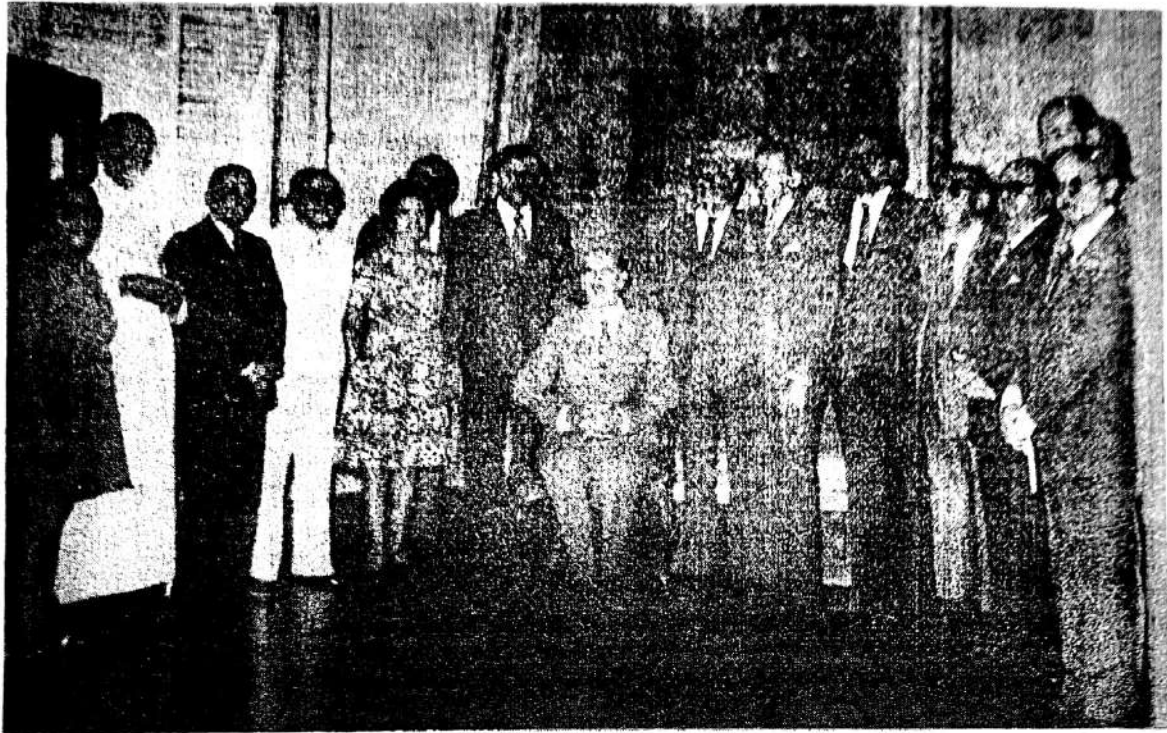
Por designação do Presidente CARNEIRO DA SILVA coube entretanto saudar o ilustre membro da Casa Imperial Brasileira, ao DES. JOSÉ VIDAL DE FREITAS que, num belo improviso em nome da tradicional instituição, rememorou as nobres figuras do Imperador PEDRO II, cujo Sesquicentenário de Nascimento está sendo comemorado em todo o BRASIL, e da bondosa e aristocrática figura da Impe-

ratriz TERESA CRISTINA, patrona da capital piauiense.

Relembrou VIDAL DE FREITAS naquela oportunidade a memorável passagem dos príncipes do Grão Pará, genitores dos homenageados, por TERESINA. Cavalheirescos, simpáticos, o filho dos Condes d'Eu e esposa cativaram pela simplicidade e esmerada educação os corações piauienses.

DOM PEDRO com vivacidade e simpatia agradecendo as homenagens recordou sua infância passada na FRANÇA. Falou do desejo enorme de conhecer o BRASIL, quando criança, na casa dos avós, os condes d'Eu. Relembrou passagens da vida da princesa ISABEL, a REDENTORA, no exílio, uma magnífica página de saudade, elevação espiritual e civismo de uma brasileira que jamais esqueceu a Pátria.

DOM PEDRO DE ORLEANS E BRAGANÇA repetiu o sucesso pessoal dos pais, quando da sua recente estada na CIDADE VERDE. Descontraído, comunicativo, culto, inteligente e despretencioso, DOM PEDRO deixou no espírito de todos uma grata recordação de patriotismo de um autêntico príncipe do século XX.



DOM PEDRO DE ORLEANS E BRAGANÇA E O INSTITUTO

Flagrante colhido no salão denominado 2º Império, do Museu Histórico do Piauí, por ocasião das homenagens prestadas ao Príncipe Dom Pedro de Orleans e Bragança, pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí.

Vemos da esquerda para direita: Judith Santana, Mons. José Luís Barbosa Cortez (convidado), Hermógenes Ferreira de Carvalho, Alcides M. Nunes, Delfina Augusta Boavista, por trás meio oculto, Haroldo Amorim (convidado), Josias Carneiro da Silva, Presidente do I. H. G. P., com o braço apoiado na cadeira, Dom Pedro de Orleans e Bragança (sentado), James da Costa Azevedo, Luís Lopes Sobrinho, J. Miguel de Matos, José Vidal de Freitas, Benjamim Soares de Carvalho, José Gayoso Freitas e Vicente Ribeiro Gonçalves.

O grandioso quadro de Pedro II que se vê ao fundo é de autoria do pintor Victor Meireles.

Ala Feminina da Casa Juvenal Galeno

— Estiveram em visita de cordialidade à sede do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PIAUÍ as escritoras cearenses: Cândida Galeno, neta do poeta Juvenal Galeno, Carmelita Setúbal, Maria de Lourdes de Araújo, Olga Monte Barroso e Rissette Cabral Fernandes, todas pertencentes à ALA FEMININA DA CASA JUVENAL GALENO, de FORTALEZA — CEARÁ.

As beletistas alencarinas fizeram-se acompanhar do deputado federal PARSIFAL BARROSO e da Sra. Maria de Xerez Monte.

Foram momentos agradabilíssimos, quando se patenteou a graça e a espiritualidade da mulher cearense, na mais fina e delicada expressão de sensibilidade cultural.

Na ocasião o grupo fez a oferta à biblioteca do I.H.G.P. de um exemplar do livro: Quinteto em Ritmo de Crônica, de autoria de citadas intelectuais.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

DO ARQUIVO NACIONAL

1º Mensário do Arquivo Nacional
08 — 1975 — ANO IV

2º CARTAS DO RIO DE JANEIRO — 1768
— 1776 — Marquês do Lavrado — Rio
de Janeiro — 1975

DE SÃO PAULO — CAPITAL

DONA OLÍVIA — Arruda Dantas — 10
exemplares

Oferta da Sociedade Impressora PANNAZTZ
— 1975

Do Instituto Histórico e Geográfico de São João Del-
Rei — Minas Gerais

1º — REVISTA — Volume II — 1974 —
1975

2º — O TIRADENTES, PATRONO CÍVICO
DO BRASIL — Fábio Nelson Guimarães,
Altivo de Lemos Sette Câmara e Valdemar
de Almeida Barbosa — 3ª edição — Publi-
cação do I.H.G.S.J.d.R. — 1975

PANORAMA — Revista da África do Sul — Nº —
8 — junho de 1975

FORTALEZA — CEARÁ

NAUTICO NOTÍCIAS — Informativo men-
sal do NAUTICO ATLÉTICO CEARENSE —

Nºs 89, 90, 91, 92, 93 e 94 — Avenida da
Abolição, 2727

Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí

TÍTULO I

DO INSTITUTO E SUAS FINALIDADES

Art. 1º — O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PIAUIENSE, fundado em 23 de junho de 1918, em Teresina — Piauí, que passa a denominar-se INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PIAUÍ (I.H.G.P.) é uma sociedade de caráter cultural e permanente com sede e foro na capital do Estado do Piauí.

Art. 2º — São finalidades do INSTITUTO:

I — promover o estudo e a pesquisa da história, geografia e ciências afins, especialmente com relação ao Piauí.

II — colaborar com os poderes públicos federais, estaduais, municipais e com entidades congêneres na divulgação do ensino e da cultura.

§ Único — Para a realização de suas finalidades o INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PIAUÍ:

a) — manterá BIBLIOTECA, ARQUIVO E MUSEU HISTÓRICO, GEOGRÁFICO e de outras ciências relacionadas com seus objetivos;

b) — firmará sempre que possível, convênios ou contratos com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, obedecida a legislação brasileira;

c) — editará uma REVISTA de caráter Histórico e Geográfico para memória ou anais piauienses;

d) — promoverá palestras, conferências, seminários e concursos de caráter cultural ou científico;

e) — constituirá comissões permanentes ou temporárias com finalidades específicas, sempre que necessárias.

TÍTULO II

DOS SÓCIOS

Art. 3º — O INSTITUTO será constituído de sócios efetivos, honorários, beneméritos, cooperadores, correspondentes e vitalícios.

I — Efetivos, em número de 40 (quarenta), os que, por proposta escrita da Comissão de Admissão de Sócios forem aceitos pela Diretoria do Instituto, pagarem a jória estipulada e cumprirem as demais obrigações sociais.

II — Beneméritos os que houverem contribuído para o patrimônio do Instituto com valor considerável e forem assim aceitos pela Diretoria mediante proposta de cinco sócios efetivos.

III — Honorários, os que por proposta da Diretoria em reconhecimento por relevantes serviços prestados ao Instituto ou à cultura intelectual do Piauí, sejam aceitos pela maioria absoluta da Assembléia Geral.

IV — Cooperadores, todas as pessoas de direito público ou privado que cooperarem com o Instituto visando a realização dos objetivos comuns e forem reconhecidos pela Diretoria.

V — Correspondentes, os efetivos que passarem a residir em outro Estado e os que assim forem credenciados pela Diretoria com o objetivo de divulga-

rem e informarem assuntos de interesse do Instituto.

VI — Vitalícios, os que se distinguirem no decorrer de 25 anos prestando relevantes serviços ao Instituto.

Art. 4º — São direitos dos Sócios:

1 — Participar da Assembléia Geral e dos atos que se tornarem necessários para a finalidade do Instituto.

2 — Fazer indicações, impugnações e representações visando os fins sociais.

3 — Utilizar dos recursos do Instituto sem prejuízo social e de terceiros.

§ Único — Só os sócios efetivos quites com suas obrigações estatutárias e no gozo de seus direitos sociais, poderão votar, ser votado e fazer proposições para admissão de novos sócios.

Art. 5º — São deveres dos sócios entre outros:

1 — trabalhar com dedicação pelo Instituto;

2 — tratar com respeito todos os associados;

3 — aceitar, salvo motivo justificado, o encargo que lhe for atribuído;

4 — comparecer às reuniões de Assembléia Geral;

5 — sendo efetivo, comparecer às reuniões e pagar em dia as suas mensalidades conforme for estabelecido pela Diretoria.

Art. 6º — Os sócios não respondem subsidiariamente pelos atos e compromissos assumidos pelo Instituto através dos seus órgãos.

Art. 7º — Serão excluídos do quadro social, os sócios que:

a) não atenderem aos compromissos estatutários;

b) ofenderem ostensivamente aos seus companheiros;

c) atentarem contra os fins sociais.

TÍTULO III

DOS PODERES

Capítulo I

Da Assembléia Geral

Art. 8º — A Assembléia Geral, Órgão Supremo do Instituto, composta de sócios efetivos, deliberará por maioria absoluta de votos, em primeira convocação e por maioria simples em segunda.

Art. 9º — A reunião de Assembléia Geral será realizada ordinariamente na segunda terça-feira de janeiro e de julho de cada ano para conhecimento das atividades sociais ou extraordinariamente quando convocada mediante edital publicado amplamente com três dias de antecedência, indicando-se o objetivo, local, o dia e a hora da reunião.

Art. 10º — Quando não for realizada a reunião de Assembléia Geral, ordinária ou extraordinária, por falta de maioria absoluta dos sócios efetivos, será efetivada a reunião com qualquer número dos sócios presentes, podendo a deliberação ser tomada por maioria simples tendo comparecido pelo menos um terço dos associados.

Art. 11º — Poderá haver reunião especial com

qualquer número de sócios para dar posse a Diretoria, comemorar fatos ou datas notáveis e prestar homenagens.

Capítulo II Da Diretoria

Art. 12º — O Instituto será dirigido por uma Diretoria composta do Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros, Orador, Bibliotecário, Arquivista, Chanceler da Ordem Cons. Saraiva e Relações Públicas, eleitos em Assembléia Geral para um mandato de dois (2) anos.

§ 1º — A Assembléia Geral para eleição da Diretoria dar-se-á na terça-feira de junho do último ano de cada biênio, na sede do Instituto, a partir das 9 (nove) horas.

§ 2º — A eleição para a Diretoria será feita em votação secreta com chapa do tipo uniforme, previamente registrada mediante requerimento dos interessados, protocolado até 3 (três) dias antes do pleito.

§ 3º — Havendo empate na votação, considerar-se-á eleito o sócio mais antigo e havendo a mesma antiguidade, o mais idoso.

Art. 13º — A posse da Diretoria dar-se-á sempre que possível, no dia 23 de junho — data da fundação do Instituto.

Art. 14º — A Diretoria deverá reunir-se ordinariamente às terças-feiras de cada semana, às 9,30 horas para conhecer e dar solução dos assuntos do Instituto, ou extraordinariamente mediante convocação do Presidente ou de um terço dos seus membros.

Art. 15º — Compete a Diretoria, entre outros encargos:

a) — cumprir e fazer cumprir os presentes Estatutos e as decisões da Assembléia;

b) — organizar anualmente, em dezembro, o Orçamento do Instituto e resolver as questões de caráter administrativo;

c) — baixar instruções ou regulamentos deste Estatuto ad-referendum da Assembléia Geral;

d) — estabelecer e aplicar penas aos sócios e empregados que cometerem faltas;

e) — dar posse à Diretoria que lhe suceder e apresentar anualmente o balanço geral e relatório das atividades do Instituto.

Art. 16º — Compete ao Presidente:

a) — representar o Instituto em juízo ou fora dele;

b) — dirigir os trabalhos das Assembléias Gerais e da Diretoria.

Art. 17º — As atribuições dos demais membros da Diretoria serão definidas no Regimento Interno e em Regulamentos Complementares.

TÍTULO IV DAS COMISSÕES

Art. 18º — As Comissões Permanentes ou Temporárias a que se refere o § Único do Art. 2º destes Estatutos serão constituídas de três (3) ou mais

membros efetivos, por nomeação do Presidente.

§ Único — Cada Comissão escolherá o seu Presidente e o seu Secretário.

Art. 19º — As atribuições das Comissões Permanentes, serão definidas no Regimento Interno, e as das Comissões Temporárias no ato de sua constituição.

TÍTULO V DO PATRIMÔNIO E DAS RENDAS

Art. 20º — Constituem patrimônio do Instituto:

a) — livros, documentos, mapas e objetos de caráter histórico;

b) — bens móveis e imóveis destinados aos seus fins;

c) — valores, recursos e outros direitos que lhe sejam atribuídos.

§ Único — Os bens patrimoniais do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (I.H.G.P.) são destinados exclusivamente ao preenchimento de suas finalidades e não poderão ser alienados e nem gravados sem autorização prévia da maioria absoluta dos sócios efetivos em pleno gozo de seus direitos sociais.

Art. 21º — São rendas do Instituto:

a) — contribuições dos sócios;

b) — doações e legados;

c) — subvenções, auxílios e outros recursos financeiros.

TÍTULO VI DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22º — Para memória e controle do Instituto, a Diretoria instituirá livros, fichas e outros meios de assentamento, sendo considerados obrigatórios os livros de: atas da Assembléia Geral, de reunião da Diretoria, de Registro de Sócios, de presença à Assembléia Geral, de controle financeiro e de patrimonial.

Art. 23º — É criada a Ordem Conselheiro Saraiva, cujo Grão-Mestre será o Presidente e terá Estatutos próprios baixado pela Diretoria do Instituto, ad-referendum da Assembléia Geral.

Art. 24º — Estes Estatutos só poderão ser modificados mediante aprovação por dois terços dos sócios efetivos em pleno gozo de seus direitos sociais, em sessão especialmente convocada com ampla divulgação e aviso prévio por prazo nunca inferior a dez (10) dias.

Art. 25º — Os casos omissos serão decididos em sessão extraordinária que se realizará na forma do Regimento Interno.

TÍTULO VII DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 26º — O mandato da atual Diretoria terá duração até 23 de junho de 1978.

Aprovados em sessão realizada aos dezenove de maio de mil novecentos e setenta e cinco em Teresina — Piauí.

Josias Carneiro da Silva — Presidente
Joaquim Raimundo Ferreira Chaves — Vice-Presidente
James da Costa Azevedo — 1º Secretário
José Vidal de Freitas — 2º Secretário
Delfina Augusta Borralho Boavista — 1º Tesoureiro
José Miguel de Matos — 2º Tesoureiro
Benjamin do Rêgo Monteiro Neto — Orador
Luiz Lopes Sobrinho — Bibliotecário
Alcides Martins Nunes — Arquivista
Milton de Aguiar — Chanceler da Ordem Cons. Saraiva
Homero Ferreira Castelo Branco Neto — Relações Públicas

Errata:

Pág. 39 — Retire-se a frase — oferece um clima que?

Pág. 43 — Substitua-se a palavra escolhido por acolhido.